

Sumário

Número de notícias: 42 | Número de veículos: 34

DIÁRIO CAUSA OPERARIA - NOTÍCIAS
ANFIP

As isenções fiscais e a galinha dos ovos de ouro dos banqueiros..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Despesas com benefício a idosos e Previdência têm previsão de alta de R\$ 11,7 bi..... 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Déficit no limite..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projeção de déficit sobe para R\$ 28,8 bi, no limite da meta..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Analistas veem receita superestimada e têm dúvida sobre corte..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Orçamento de 2025 está atrasado, a um mês do prazo final..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Há tempo para parar de relutar e acertar a situação fiscal (Editorial)..... 16

A GAZETA - MT - ECONOMIA-MT
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita prorroga prazo de entrega..... 18

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - RADAR
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita comemora números..... 19

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

País tem arrecadação histórica..... 20

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Julgamentos no Carf não renderam o esperado..... 21

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação bate recorde no semestre..... 22

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo precisa de receitas para atingir meta..... 23

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo Lula eleva previsão de déficit para R\$ 28,8 bi neste ano..... 24

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desoneração forçou corte de gastos, diz equipe econômica do governo (Ajuste fiscal)
..... 26

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Gastos obrigatórios do governo já estão R\$ 30 bi acima do previsto e desafiam meta de déficit zero..... 29

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Gastos com INSS e BPC sobem R\$ 11,3 bi..... 31

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo oficializa bloqueio de R\$ 15 bilhões no Orçamento..... 32

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Congresso prepara nova reforma da Previdência..... 33

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo congela mais R\$ 15 bilhões no Orçamento..... 36

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Revisão de benefícios do INSS atinge 57,7 mil brasileiros..... 37

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - DESTAQUE
SEGURIDADE SOCIAL

Longa espera..... 38

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Pente-fino mira BPC e auxílio-doença..... 40

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Requisitos para ter acesso aos benefícios do INSS..... 41

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Aumento de gastos com Previdência e BPC impõe congelamento de R\$ 15 bi..... 42

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Projeção de déficit do governo para este ano sobe para R\$ 28,8 bilhões..... 43

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Entenda o aumento de gastos com o BPC, que levou o governo a cortar despesas em outras áreas..... 45

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Investimento baixo deixa país entre os 20 piores do mundo..... 47

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira recomenda a Haddad encarar controle de gastos..... 50

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desoneração da folha ainda gera impasse no Congresso.....	51
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma Tributária e o desmatamento do Cerrado e da Amazônia.....	52
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Taxad ? Afinal, os brasileiros estão pagando mais ou menos impostos?.....	55
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
"Custo regulatório" leva 4,1% da receita industrial, diz CNI.....	62
A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
País bate R\$ 2 trilhões desde o início do ano.....	64
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Qual a melhor política fiscal de 2025 em diante? - RAUL VELLOSO.....	65
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Evento no BNDES discute financiamento global.....	66
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Dólar recua com fiscal e exterior mais calmo.....	67
ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS ECONOMIA	
Governo eleva previsão de déficit primário ao limite da meta fiscal.....	69
A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA ECONOMIA	
Relatório projeta déficit primário de R\$ 28,8 bi.....	71
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS ECONOMIA	
Previsão do IPCA de 2024 sobe para 4,05%.....	72
O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA ECONOMIA	
Reajustes salariais superaram a inflação.....	73
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS ECONOMIA	
Lula mantém suspense sobre indicações para o BC.....	74

As isenções fiscais e a galinha dos ovos de ouro dos banqueiros

A dívida pública é um sistema de drenagem de recursos públicos do Brasil, legalizado e com total cobertura da grande imprensa

Pelas regras da política de benefícios fiscais vigentes no Brasil alguns setores ficam isentos, ou pagam menos **impostos**, por determinado período, normalmente assumindo em termos genéricos, contrapartidas, como a realização de investimentos. Estes devem produzir benefícios para a região escolhida, gerando empregos, tecnologia, atraindo outros investimentos etc., gerando assim um círculo virtuoso. Ou seja, a ideia da renúncia fiscal é atrair um volume de benefícios socioeconômicos para determinada região, de magnitude superior à perda de arrecadação do ente estatal em função da isenção. A rigor qualquer renúncia fiscal autorizada deveria ser precedida por um estudo econômico que indicasse os seus prováveis efeitos socioeconômicos na região impactada. Mas muitas vezes não é isso que acontece.

Segundo levantamento da Unafisco (**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil), que em junho último publicou uma atualização do seu estudo sobre a questão, a renúncia fiscal da União em 2024 chegará a quase R\$ 790 bilhões. No estudo esse valor inclui renúncias instituídas ao longo das últimas décadas, além de **impostos** que, apesar de previstos, não foram regulamentados. Conforme o levantamento, o valor de renúncia fiscal para este ano aumentou 46,9% em relação ao valor das isenções de 2023 (R\$ 537,5 bilhões). O total considerado pela Unafisco inclui todas as isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, conforme os dados do Demonstrativo dos Gastos Tributários (DGT) da União.

No estudo, a entidade qualifica como privilégios tributários, as renúncias fiscais concedidas sem contrapartida adequada e comprovada para o desenvolvimento econômico sustentável ou a redução das desigualdades sociais. Segundo a Unafisco, os principais privilégios tributários no país seriam:

Segundo o estudo, entre janeiro de 2012 e dezembro de 2023, as isenções cresceram 212,44%. Como, no que se refere a orçamento público, não existem milagres, o crescimento das isenções tem como

contrapartida a redução de investimentos federais em outras áreas-chave. Por exemplo, o investimento do governo federal em "Gestão de Risco e Desastres" reduziu 5,44% no mesmo período apontado, entre 2012 e 2023.

Um dos problemas centrais dessa política de isenções crescentes e pouco debatidas pela sociedade, é que uma boa parte das renúncias corresponde a **impostos** que financiam a **Previdência Social**. Informações do Tribunal de Contas da União (TCU) dão conta que em 2023, as isenções subtraíram da previdência nada menos que R\$ 274 bilhões em receitas. O TCU observa que, considerando PIS/Cofins e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a renúncia fiscal chegou a R\$ 274 bilhões no ano passado. Esses **tributos**, mais as contribuições de empresas e trabalhadores ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), são as fontes de receita mais significativas para a **Seguridade Social**. Essa política representa uma verdadeira brincadeira na beira do abismo, em função da centralidade e da importância da **Seguridade Social** no Brasil.

A **Seguridade Social** brasileira acaba impactando a vida de cerca de 150 milhões de brasileiros, ou mais, direta ou indiretamente. **Seguridade Social** não é só Previdência, mas abrange Saúde e Assistência Social, áreas vitais para a sobrevivência da população, especialmente a mais pobre. O sistema previdenciário brasileiro paga todo mês cerca de 39,5 milhões de benefícios e representa uma injeção de mais de R\$ 70 bilhões mensais na economia do país, o que é fundamental para o mercado consumidor interno. Quase 70% dos municípios brasileiros tem como principal renda, os benefícios pagos pelo **INSS**.

Essas informações são muito importantes porque já está se falando em realizar nova "reforma" da previdência dentro de dois ou três anos, supostamente para "garantir a sustentabilidade" do sistema. Ou seja, ao mesmo tempo em que quase não se fala da escalada absurda das isenções fiscais no país nos últimos anos, vai se intensificando uma campanha contra o "déficit" da **previdência social** (com diagnóstico falacioso) e aos gastos sociais em geral. Como já ocorreu em outros períodos, algumas matérias na mídia corporativa comparam a **previdência social** a uma "bomba relógio", em função dos benefícios e aposentadorias concedidas. Porém,

essa discussão nem menciona o impacto das isenções fiscais sobre a arrecadação da **Seguridade Social**. Outras análises propõem o fim dos atuais pisos de gastos para a Saúde e a Educação.

Alguns críticos estão questionando inclusive a vinculação do reajuste do salário-mínimo com benefícios como BPC (Benefício de Prestação Continuada), abono salarial e seguro-desemprego, direitos históricos da população brasileira. O debate é realizado fora de contexto e sem levar em conta a importância desses gastos para atenuar a extrema concentração de renda, e para a própria alimentação do mercado consumidor interno, essencial para qualquer país. Uma comprovação de que essa discussão sobre o déficit da previdência, que é realizada de forma superficial e enganosa, tem objetivos inconfessáveis, é que não se menciona o problema dos gastos bilionários a cada ano, com a dívida pública. A "crise fiscal", que uma parte da grande imprensa tanto alardeia, claramente, está sendo fabricada com objetivos políticos, em um ano em que a previsão de déficit primário, por parte de todos os especialistas, é zero.

A associação dos gastos com saúde, educação e bolsa família, ao déficit público, exerce ainda uma outra função fundamental, que é encobrir o problema central das contas nacionais: os gastos com a dívida pública. A Lei Orçamentária (LOA) de 2024 prevê despesas de R\$ 5,5 trilhões. No entanto, a parte do leão é para o refinanciamento da dívida pública. Com esta rubrica, a previsão da LOA é que sejam gastos com a rolagem da dívida R\$ 2,4 trilhões neste ano.

Enquanto com a **previdência social**, segundo maior gasto do governo federal, deverão ser investidos R\$ 935 bilhões neste ano, com a rolagem da dívida serão comprometidos nada menos que 44% do orçamento federal. O gasto com juros previsto na LOA é de R\$ 436 bilhões (está subestimado), mas a chamada rolagem da dívida, isto é o seu refinanciamento, irá alcançar 44% do orçamento federal. Na rolagem da dívida, o governo emite novos títulos, paga os juros e resgates com o dinheiro captado e assume uma nova dívida com novos prazos e condições. O total dos títulos que continuam em aberto, ou seja, que ainda não foram resgatados, compõem o "estoque" da dívida, formado pelo conjunto de obrigações assumidos ao longo do tempo, inclusive, por governos anteriores.

Os juros nominais do setor público consolidado, no acumulado em doze meses até maio, chegaram a R\$781,6 bilhões (7,04% do **PIB**). Fala-se em pagamento de juros e amortizações, mas, apesar da fábula de dinheiro que é paga todo ano, a dívida só cresce. Ou seja, amortização da dívida não passa de

um sonho. A Dívida Bruta - que abrange Governo Federal, **INSS** e governos estaduais e municipais - atingiu 76,8% do **PIB**, e equivalente a R\$8,5 trilhões.

Os credores preservam esse estoque de dívida porque eles representam uma verdadeira galinha dos ovos de ouro. Não lhes interessa que a dívida seja paga. Os gastos com juros da dívida em 12 meses descritos acima equivalem a mais de 83% dos gastos previstos com a previdência para 2024. Com uma diferença crucial: os gastos com a **previdência social** são fundamentais para cerca de 150 milhões de brasileiros (direta e indiretamente); os gastos com a dívida pública, é dinheiro jogado fora: vai para o bolso de especuladores que não agregam nada à geração de valor no país. Com o detalhe nada banal de que boa parte da dívida é ilegal, o seu pagamento é completamente irregular, conforme comprovam os estudos da Auditoria da Dívida Pública.

A dívida pública é um sistema de drenagem de recursos públicos do Brasil, legalizado e com total cobertura da grande imprensa. Uma breve análise do problema evidencia que esse é o nó das contas públicas no país. Super ricos, com bilhões de reais no mercado financeiro, e que se privilegiam da segunda maior taxa de juros reais do planeta (em torno de 8%), são os mesmos que estão propondo o fim da política de reajuste do salário-mínimo vinculado à evolução do **PIB**. O discurso hipócrita de todos os conservadores da política e da economia é o mesmo: estão muito "preocupados com a situação fiscal do país".

Em tempos em que a burguesia tenta apagar as linhas que separam a direita da esquerda, os golpistas dos lutadores contra o golpe; em tempos em que a burguesia tenta substituir o vermelho pelo verde e amarelo nas ruas e infiltrar verdadeiros inimigos do povo dentro do movimento popular, o Diário Causa Operária se coloca na linha de frente do enfrentamento contra tudo isso.

Diferentemente de outros portais, mesmo os progressistas, você não verá anúncios de empresas aqui. Não temos financiamento ou qualquer patrocínio dos grandes capitalistas. Isso porque entre nós e eles existe uma incompatibilidade absoluta - são os nossos inimigos.

Estamos comprometidos incondicionalmente com a defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo pobre e oprimido. Somos um jornal classista, aberto e gratuito, e queremos continuar assim. Se já houve um momento para contribuir com o DCO, este momento é agora. ; Qualquer contribuição, grande ou pequena, faz tremenda diferença. Apoie o DCO com doações a partir de R\$ 20,00 . Obrigado.

Em tempos em que a burguesia tenta apagar as linhas que separam a direita da esquerda, os golpistas dos lutadores contra o golpe; em tempos em que a burguesia tenta substituir o vermelho pelo verde e amarelo nas ruas e infiltrar verdadeiros inimigos do povo dentro do movimento popular, o Diário Causa Operária se coloca na linha de frente do enfrentamento contra tudo isso.

Diferentemente de outros portais, mesmo os progressistas, você não verá anúncios de empresas aqui. Não temos financiamento ou qualquer patrocínio dos grandes capitalistas. Isso porque entre nós e eles existe uma incompatibilidade absoluta - são os nossos inimigos.

Estamos comprometidos incondicionalmente com a defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo pobre e oprimido. Somos um jornal classista, aberto e gratuito, e queremos continuar assim. Se já houve um momento para contribuir com o DCO, este momento é agora. ; Qualquer contribuição, grande ou pequena, faz tremenda diferença. Apoie o DCO com doações a partir de R\$ 20,00 . Obrigado.

Quero saber mais antes de contribuir

Em tempos em que a burguesia tenta apagar as linhas que separam a direita da esquerda, os golpistas dos lutadores contra o golpe; em tempos em que a burguesia tenta substituir o vermelho pelo verde e amarelo nas ruas e infiltrar verdadeiros inimigos do povo dentro do movimento popular, o Diário Causa Operária se coloca na linha de frente do enfrentamento contra tudo isso.

Se já houve um momento para contribuir com o DCO, este momento é agora. ; Qualquer contribuição, grande ou pequena, faz tremenda diferença. Apoie o DCO com doações a partir de R\$ 20,00 . Obrigado.

Site: <https://causaoperaria.org.br/2024/as-isencoes-fiscais-e-a-galinha-dos-ovos-de-ouro-dos-banqueiros/>

Despesas com benefício a idosos e Previdência têm previsão de alta de R\$ 11,7 bi

MARIANA CARNEIRO ALVARO GRIBEL BRASÍLIA

O governo aumentou em R\$ 11,7 bilhões a projeção de despesas para 2024 com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e despesas da **Previdência Social**. Essa alta levou a equipe econômica a realizar um bloqueio de R\$ 11,2 bilhões em despesas obrigatórias no Orçamento deste ano, como adiantou na semana passada o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Os gastos com o BPC saltaram R\$ 6,4 bilhões, conforme o 3.º relatório de Avaliação Bimestral de Receitas e Despesas, apresentado ontem, em relação ao anterior, divulgado em maio. Já os gastos com Previdência subiram R\$ 4,9 bilhões, alcançando R\$ 927 bilhões.

"No caso do BPC, a principal razão pelo crescimento foi o aumento da quantidade de requerimentos novos analisados", disse o secretário adjunto de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Clayton Luiz Montes. "Temos variação com BPC de R\$ 6,4 bilhões, e Previdência de R\$ 5,3 bilhões, totalizando um acréscimo de R\$ 29 bilhões (nas despesas obrigatórias)." O relatório justifica o aumento na projeção de gastos previdenciários como "decorrência de mudanças de fluxos internos e comportamentos inesperados de entrada de pedidos".

O governo também ampliou as renúncias previstas com a arrecadação da **Previdência Social**, em razão da desoneração das folhas de pagamentos dos municípios - houve uma redução de R\$ 5,2 bilhões na previsão de arrecadação.

Como mostrou o Estadão, o BPC rompeu a casa dos R\$ 100 bilhões pela primeira vez em março deste ano e subiu para R\$ 103 bilhões em maio. A média mensal nos pedidos pelo benefício cresceu 40% nos seis primeiros meses deste ano em comparação a 2023. O BCP é pago a idosos (65 anos ou mais) e pessoas com deficiência que não possam se manter e não podem ser mantidos por suas famílias. O valor é de um salário mínimo.

Ainda que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha descartado desvincular despesas previdenciárias e o

BPC do salário mínimo, o governo prevê uma revisão dos cadastros para atender ao Tribunal de Contas da União (TCU) e contribuir para a agenda de redução de gastos.

RECEITAS. Entre as receitas, houve redução nos valores previstos com julgamentos de grandes causas no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**), estimados inicialmente em R\$ 55,6 bilhões neste ano. Essa projeção foi revista para R\$ 37,7 bilhões a serem arrecadados entre julho e dezembro deste ano. Nos meses anteriores, até aqui, não houve entrada de recursos, informou o secretário de **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas.

Ele tentou dissipar as incertezas com o desempenho das receitas do governo.

O secretário afirmou que dados da Receita que serão divulgados amanhã mostram que a arrecadação em junho aumentou 11,02% ante junho de 2023, já descontada a **inflação**. No ano, o crescimento real é de 9,08%.

"No caso do BPC, a principal razão pelo crescimento indicado pelo Ministério de Desenvolvimento Social foi aumento de quantidade de requerimentos novos analisados" Clayton Luiz Montes Ministério do Planejamento

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Déficit no limite

THAÍS BARCELLOS *thais.barcellos@bsb.oglobo.com.br*
BRASÍLIA / (Colaborou Victoria Abel)

As estimativas de gastos com aposentadorias e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) subiram R\$ 11,3 bilhões, na comparação com o segundo bimestre, e são o principal motivo por trás do bloqueio de despesas no Orçamento anunciado na semana passada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Os números foram confirmados ontem pela equipe econômica, dentro do terceiro relatório bimestral que avalia o comportamento de receitas e despesas.

Além do bloqueio, o governo contingenciou R\$ 3,8 bilhões para cumprir a meta fiscal deste ano diante da frustração com a arrecadação. No total, R\$ 15 bilhões foram congelados no Orçamento.

DÉFICIT DE R\$28,8 BI

O relatório aponta ainda um déficit de R\$ 28,8 bilhões em 2024, no limite do permitido no arcabouço fiscal, conforme O GLOBO antecipou na sexta-feira. A meta é de déficit zero, o que representa receitas iguais às despesas, mas há um limite de tolerância de déficit de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**), o equivalente a R\$ 28,8 bilhões. Sem o contingenciamento, ele ficaria em R\$ 32,6 bilhões. No último relatório de maio, a previsão era de um déficit de R\$ 14,5 bilhões, praticamente a metade do anunciado ontem. Mas o governo afirmou que ainda persegue o déficit zero.

O Executivo bloqueia gastos para cumprir o limite de despesas previsto no arcabouço. E faz contingenciamento para chegar à meta fiscal, quando há frustração de receita.

O relatório esclarece que o detalhamento por órgão da contenção de R\$ 15 bilhões será divulgado na próxima semana. Entre as pastas que podem ter o maior valor de corte estão os ministérios dos Transportes e das Cidades, que têm o orçamento mais robusto depois de Saúde e Educação.

Antes do anúncio, o ministro dos Transportes, Renan Filho, disse ao GLOBO que as obras em andamento prosseguirão, pois os restos a pagar (quando o dinheiro investido já está comprometido com fornecedores e funcionários) não devem ser afetados: -Obras não devem ser paralisadas. Vamos investir mais do que no ano passado e no governo anterior, mesmo com o contingenciamento. Estamos

acelerando obras dentro do possível, o ideal nem sempre é o possível.

Em relação às despesas obrigatórias, o relatório mostra que a estimativa aumentou de R\$ 2 trilhões para R\$ 2,029 trilhões, em relação ao Orçamento aprovado no Congresso, devido ao aumento das despesas previdenciárias. Isso obriga o governo a cortar em outras áreas.

- Chama a atenção o aumento de despesas obrigatórias, de R\$ 29 bilhões. Evidentemente, resultou na necessidade de bloqueio de R\$ 11,2 bilhões, que é realizado em despesas discricionárias (não obrigatórias) -disse o secretário de Orçamento Federal substituto, Clayton Montes, citando os aumentos previstos em benefícios previdenciários e no BPC.

As despesas com os benefícios de Previdência, do **INSS**, subiram R\$ 4,9 bilhões, para R\$ 923,1 bilhões. A expectativa para o BPC passou de R\$ 105,1 bilhões para R\$ 111,5 bilhões, alta de R\$ 6,4 bilhões. O BPC é pago a pessoas com deficiência e idosos de baixa renda.

REVISÃO DE BENEFÍCIOS

No caso do BPC, o Ministério do Planejamento explicou que a variação decorre principalmente do aumento no número de benefícios concedidos, no Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social**, bem como do aumento da quantidade de requerimentos novos e analisados.

Já em relação aos benefícios previdenciários, a pasta justifica o aumento pelo fato de as despesas dos últimos dois meses terem sido executadas acima do previsto inicialmente, em decorrência de mudanças de fluxos internos e comportamentos inesperados de entrada de pedidos.

Como já mostrou O GLOBO, a concessão de BPC, especialmente para pessoas com deficiência, vem batendo recordes este ano. Houve ainda aumento da projeção para gastos com abono salarial e seguro-desemprego, de R\$ 81,3 bilhões para R\$ 81,6 bilhões.

A previsão com créditos extraordinários subiu de R\$ 13,8 bilhões para R\$ 28 bilhões, em função dos recursos para o enfrentamento da calamidade no Rio Grande do Sul. Esses gastos não são considerados para fins de contabilidade da meta de resultado das

contas públicas. A projeção de despesas discricionárias caiu de R\$ 208,8 bilhões para R\$ 200,4 bilhões.

Montes afirmou que a revisão de gastos em benefícios previdenciários e assistenciais já vem produzindo efeitos, com previsão de economia de R\$ 9 bilhões só este ano. Se não fosse isso, as previsões de gastos com **INSS** e BPC seriam maiores do que as indicadas no relatório.

Ele citou o uso do Atest-med, em que a análise de documentos para concessão do auxílio-doença é feita on-line, a reavaliação dos benefícios por incapacidade temporária e a contenção de fraudes e irregularidades, entre outros.

RECEITA MENOR

Já a estimativa para a receita líquida do governo caiu, de R\$ 2,181 trilhões para R\$ 2,168 trilhões. O governo revisou novamente para baixo a estimativa para a arrecadação com concessões e permissões este ano, e subiu a de dividendos. Uma queda de R\$ 13,2 bilhões. Também foi reduzida a projeção de arrecadação extraordinária com os julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** este ano, de R\$ 55,6 bilhões para R\$ 37,7 bilhões.

A atualização do Orçamento não conta com as receitas para compensar a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores que mais empregam no país e de municípios pequenos. O tema está no Senado.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Projeção de déficit sobe para R\$ 28,8 bi, no limite da meta

Guilherme Pimenta, Jéssica Sant"Ana e Gabriela Pereira De Brasília

Os ministérios do Planejamento e Orçamento (MPO) e da Fazenda atualizaram ontem a nova projeção de déficit primário para este ano, que agora totaliza R\$ 28,8 bilhões. Isso significa que o governo Lula confirma que continuará trabalhando no limite inferior da banda do novo arcabouço fiscal, que permite que o Executivo tenha um rombo de até 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano, apesar do alerta emitido pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O déficit primário havia sido estimado em R\$ 32,6 bilhões, após uma frustração nas receitas, em especial a ser obtida com o retorno do voto de qualidade do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**). Assim, o Executivo confirmou o contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões necessário para ficar dentro da banda de tolerância de resultado primário. O valor já havia sido anunciado na última semana pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, não há nenhum tipo de "relaxamento ou afrouxamento" do governo com a política fiscal ao trabalhar com o limite inferior da banda e não com o centro da meta fiscal que prevê um déficit zero. "Os limites de despesas serão respeitados e, conforme disse o presidente [Lula], bloqueios serão feitos", afirmou. "Ainda que tenhamos pressões sobre [despesas] obrigatórias, os limi- WASHINGTON COSTA/MF tes de gasto serão respeitados", repetiu o secretário.

Há cerca de um mês, o TCU alertou o governo que mirar o limite inferior da banda de primário pode elevar o risco de descumprimento da meta, além de afetar a credibilidade das regras fiscais e comprometer a gestão fiscal de exercícios futuros.

O secretário de Orçamento Federal substituto, Clayton Montes, argumentou que a escolha está amparada na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e no novo arcabouço. "Interpretação legal e jurídica é que o contingenciamento só deveria ser realizado no que superasse limite mínimo da banda", afirmou.

O governo ainda não considera uma eventual receita

para compensar a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores intensivos em mão de obra e dos municípios nesta nova projeção de déficit. A medida é defendida por sindicalistas e empresas.

Juntos, os segmentos afetados pelo modelo empregam 9 milhões de trabalhadores.

Além disso, conforme mostrou o Valor no sábado, a pasta leva em consideração o fenômeno do "empoçamento", quando os ministérios não conseguem executar o valor disponibilizado - em média, cerca de R\$ 20 bilhões retornam ao Tesouro todos os anos e auxiliam a União no resultado primário anual. Caso esse valor se repita, Ceron disse que é possível fechar o ano com um déficit menor que R\$ 10 bilhões. "O que sinalizamos neste bimestral é que temos condição de atingir as metas estabelecidas. Não há discussão sobre alteração de meta ou de não cumprimento de meta [considerando a banda]", frisou.

A projeção do ano para as receitas líquidas de transferência para a União caiu R\$ 13,2 bilhões, enquanto as estimativas para as despesas primárias subiram R\$ 20,7 bilhões, puxado por alta de R\$ 29 bilhões em obrigatórias.

Esse aumento das obrigatórias levou a um bloqueio de R\$ 11,2 bilhões, que também já havia sido antecipado por Haddad. As pastas destacaram que houve uma alta de R\$ 6,4 bilhões na despesa prevista com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que passou a ser orçada em R\$ 111,5 bilhões para este ano. Já com benefícios previdenciários a alta foi de R\$ 4,9 bilhões, considerando a previsão orçamentária, e de R\$ 5,3 bilhões, considerando a financeira.

A primeira impactou o dado do bloqueio e a segunda impactará a meta fiscal.

A equipe econômica manteve no relatório a previsão de economizar R\$ 9 bilhões com benefícios previdenciários e assistenciais neste ano, mas não informou quanto dessa economia já foi concretizada.

O secretário Clayton Montes disse, apenas, que as medidas já estão surtindo efeito em 2024 e ajudaram a segurar um aumento ainda maior de despesas do **INSS**. Nenhuma das ações previstas para 2025 - que somarão uma economia de R\$ 25,9 bilhões - foi

antecipada para este ano. O motivo não foi informado.

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187935?page=1§ion=1>

Do lado das receitas, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, anunciou que houve uma frustração de R\$ 17,9 bilhões com o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Assim, a nova projeção para arrecadar até o fim do ano com o órgão é de R\$ 37,7 bilhões, ante os R\$ 55,6 bilhões inicialmente previstos.

Ele sustentou que isso ocorreu devido ao prazo que os contribuintes têm para pagamento após uma condenação no órgão recursal da **Receita Federal**. Para acelerar o processo, o Fisco entendeu que era preciso eliminar burocracias e reduzir o prazo, que agora pode chegar em 30 dias após a publicação do acórdão, que leva em torno de 60 dias.

Assim, segundo ele, não houve ingresso de receitas até junho, mas a Fazenda aguarda que a receita com o **Carf** ingresse a partir desse segundo semestre.

Essa frustração de R\$ 17,9 bilhões de receita com o **Carf**, disse Barreirinhas, foi compensada com outras receitas - ele não explicou exatamente em quais **impostos** esse movimento ocorreu.

Com fundos fechados, houve o ingresso de R\$ 12,7 bilhões, enquanto, com fundos offshores, R\$ 7,4 bilhões. Os dados são até junho. Além disso, Barreirinhas afirmou que somente com a autorregularização das subvenções econômicas houve ingresso de R\$ 5 bilhões.

Já a despesa primária relacionada à calamidade pública no Rio Grande do Sul e uma decisão do TCU sobre ajustes retroativos para limites de despesa do Ministério Público somam R\$ 28,8 bilhões em gastos previstos para este ano. Esse montante, no entanto, fica excluído do cômputo da meta de primário e dos limites de gastos do novo arcabouço fiscal.

Do contrário, o déficit totalizaria R\$ 61,4 bilhões.

O governo também esclareceu que ainda não definiu quais órgãos e ministérios serão atingidos pelo congelamento de R\$ 15 bilhões.

Esse detalhamento será feito por meio de decreto, a ser publicado até o dia 30 deste mês. Emendas parlamentares poderão ser contingenciadas proporcionalmente à retenção feita no Executivo. A decisão política ainda será tomada.

"Contingenciamento só deveria ser realizado no que superasse limite mínimo da banda" Clayton Montes

Site:

Analistas veem receita superestimada e têm dúvida sobre corte

Anaís Fernandes e Rafael Vazquez De São Paulo

O relatório de avaliação bimestral das contas públicas e a entrevista coletiva subsequente com membros da equipe econômica trouxeram mais dúvidas para analistas, mas mantiveram a percepção de que a execução do orçamento deste ano é difícil e ainda levantaram o questionamento de se o congelamento de R\$ 15 bilhões em despesas discricionárias (não obrigatórias) pode ser, na prática, menor. Para economistas, uma mudança na meta de resultado primário de 2024 - que contempla déficit zerado ou, no máximo, de R\$ 28,8 bilhões (0,25% do **PIB**) - não está descartada.

Apesar da sinalização de um "volume não desprezível" de despesas discricionárias contingenciadas e bloqueadas, o relatório "não trouxe o conforto esperado", diz Jeferson Bittencourt, chefe de macroeconomia do ASA e ex-secretário do Tesouro Nacional.

Pelo lado da despesa, economistas dizem que o ajuste de R\$ 6,4 bilhões para cima na projeção de gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi expressivo e, agora, a previsão está mais realista.

Por outro lado, o acréscimo de mais R\$ 5,3 bilhões na despesa geral da Previdência foi visto como insuficiente. "O relatório bimestral aponta um cenário mais realista, mas os gastos previdenciários seguem subestimados", escrevem, em comentário, Felipe Salto, Josué Pellegrini e Gabriel Garrote, economistas da Warren Investimentos.

A projeção de gastos com benefícios previdenciários subiu para R\$ 923,1 bilhões, mas a estimativa da XP, por exemplo, é de R\$ 933,3 bilhões.

A revisão parece tímida "principalmente considerando que não foi explicitado qual tem sido a efetividade das medidas de revisão de gastos previdenciários que constam nas projeções desde a PLOA [Projeto de Lei Orçamentária Anual], economizando até R\$ 9 bilhões", afirma Bittencourt.

Para alguns economistas, chamou a atenção, inclusive, a aparente incorporação desse "pente fino" na conta, porque a equipe econômica afirmou, na semana passada, que ele não estaria no cálculo das

despesas obrigatórias ajustadas.

Pelo lado das receitas, o contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões já indicava que o ajuste, no sentido de reconhecer frustrações, seria mais modesto, diz Bittencourt.

Mas as projeções de arrecadação para o ano com mudanças no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, transações tributárias e renovação de concessão de ferrovias "dão a entender que, nos próximos bimestrais, ou mesmo antes, a discussão da mudança da meta pode voltar à mesa", afirma. A projeção de arrecadação com o **Carf**, por exemplo, foi revista de R\$ 55,6 bilhões para R\$ 37,7 bilhões, o que, na avaliação dos economistas, ainda é um valor alto.

Além da diferença nas projeções, Matheus Ribeiro, economista da consultoria BRCG, nota que o governo esclareceu que essa receita vai sofrer um efeito de postergação.

"Então, é possível que parte da receita que o governo estava contando com o **Carf** para esse ano passe para o ano que vem", diz.

Segundo Robinson Barreirinhas, secretário da **Receita Federal**, a frustração de R\$ 17,9 bilhões com o **Carf** foi compensada com outras receitas, mas os membros da equipe econômica não foram claros, na avaliação de analistas, sobre quais foram exatamente as rubricas compensatórias.

Economistas também expressam dúvida sobre uma afirmação do secretário de Orçamento Federal substituto, Clayton Montes.

Questionado se o bloqueio anunciado de R\$ 11,2 bilhões já estava contido nas projeções do terceiro relatório bimestral, ele disse que sim e que, para efeito de cálculo, era preciso somar a queda de R\$ 8,3 bilhões nas despesas discricionárias com a "folga" de R\$ 2,5 bilhões que ainda existia para o crescimento dos gastos totais.

O problema, segundo economistas, é que essa soma não dá os R\$ 11,2 bilhões, mas R\$ 10,8 bilhões - o que até pode ser explicado pela diferença entre visão orçamentária e financeira - e, mais grave, que utilizar a "folga" na conta significaria que o corte de despesas

de fato seria inferior ao anunciado.

Para Rafaela Vitória, economista- chefe do Inter, o fato de, agora, o governo trabalhar com o limite inferior da meta de primário e com um empoçamento de despesas para o cumprimento do arcabouço, "mostra a dificuldade na execução de um orçamento que tem sido criticado pela sua superestimação, o que reduz a transparência na apresentação das contas públicas, com impacto direto na credibilidade do arcabouço", afirma.

"O governo não dobrou a aposta, mas insiste em um cenário otimista", escrevem João Maurício Rosal, Homero Guizzo e Luís Gustavo Bettoni, da Terra Investimentos.

"O mais provável é que o próximo passo seja uma revisão formal da meta", afirmam.

Fernando Montero, economista- chefe da Tullet Prebon, lembra que a programação orçamentária de julho é a que serve de base para a construção do PLOA de 2025, que será enviado ao Congresso até o fim de agosto.

"Quanto mais fortes forem as despesas obrigatórias e menores as discricionárias do ano em curso, mais difícil é acomodar essas contas no ano seguinte", diz em relatório, acrescentando que o mesmo vale para uma base de receitas reduzida.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187935?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187935?page=1§ion=1)**

Orçamento de 2025 está atrasado, a um mês do prazo final

Jéssica Sant"Ana De Brasília

O processo de elaboração do Orçamento de 2025 segue atrasado, apesar de faltar pouco mais de um mês para envio da peça ao Congresso Nacional. Os ministérios ainda não receberam os referenciais monetários, ou seja, a previsão de recursos que eles terão para gastar no ano que vem.

Esses dados deveriam ter sido enviados em 28 de junho, de acordo com cronograma estabelecido pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Nesta segunda-feira (22), apenas os órgãos dos demais Poderes (Legislativo e Judiciário) vão receber os números. Segundo técnicos, há uma expectativa que os valores do Executivo possam ser encaminhados ainda nesta semana ou, mais tardar, na próxima.

Uma nova portaria será publicada antes, com o novo cronograma, porém com um prazo mais apertado para os órgãos trabalharem em cima da construção da sua proposta orçamentária.

Os referenciais monetários iniciais mostram quanto cada ministério terá para gastar em 2025, inclusive com as indicações de alocações obrigatórias.

Depois que recebem esses números, as áreas técnicas fazem a distribuição da previsão orçamentária entre as diversas despesas, o que inclui custeio e investimento.

Em caso de insuficiência, pedem ampliação do referencial.

Esse pedido é, então, analisado pelo Junta de Execução Orçamentária (JEO), que pode negar ou acatar os pedidos integralmente ou parcialmente.

A previsão inicial era reservar o período de 28 de junho a 18 de julho para que os ministérios fizessem a análise dos referenciais e fizessem seus pedidos de suplementação. Agora, o prazo será menor.

Uma fonte admite que o atraso prejudica o trabalho dos órgãos, mas explicou que a demora se deu devido a dificuldades para traçar os parâmetros

macroeconômicos para o ano que vem.

Conforme mostrou o Valor, a principal dificuldade foi para projetar as receitas para o próximo ano, em especial as medidas extras de arrecadação que serão necessárias para buscar o déficit zero também em 2025.

Entre essas medidas de maior incerteza, está projeção de arrecadação com o retorno do voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, uma estimativa que já guarda incertezas neste ano, quiçá para o próximo.

"Limites distribuídos" Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o governo já estava com os "limites distribuídos" do Orçamento de 2025. "O fechamento do Orçamento de 2025 já está com os limites distribuídos pelo Planejamento. O que nós estamos fazendo é colocar os limites orçamentários nos termos do arcabouço fiscal, mas a divisão entre ministérios é uma negociação que cabe mais ao Planejamento fazer", disse.

O Valor apurou que, na verdade, já houve uma decisão da JEO sobre os limites iniciais, mas que os ofícios que oficializarão os números ainda serão enviados aos ministérios, nesta ou na próxima semana. Antes, a portaria com atualização do cronograma será publicada no "Diário Oficial da União".

Ainda de acordo com declarações recentes de Haddad, o governo apresentará uma proposta orçamentária para 2025 "muito confortável", "seguramente a melhor dos últimos 10 anos", com receitas e despesas equilibradas.

A equipe econômica já anunciou que precisará cortar R\$ 25,9 bilhões em benefícios previdenciários e sociais no ano que vem, porém ainda não detalhou como efetivará esse plano, que prevê medidas de pente-fino e mudanças na legislação do Cadastro Único.

De acordo com a Constituição, o Executivo tem até 31 de agosto de agosto para encaminhar o PLOA 2025 ao Congresso.

Procurado, o Ministério do Planejamento e Orçamento

não respondeu.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187935?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187935?page=1§ion=1)**

Há tempo para parar de relutar e acertar a situação fiscal (Editorial)

O governo usou todo o espaço permitido no regime fiscal para o déficit primário, de R\$ 28,8 bilhões (0,25% do **PIB**), depois de bloquear R\$ 11,2 bilhões em despesas e contingenciar outros R\$ 3,8 bilhões. A terceira revisão bimestral de receitas e despesas mostrou um quadro semelhante ao da revisão passada: a projeção de receita líquida continua sendo reduzida e a das despesas totais, aumentando. Isso significa que se a situação persistir, novas contenções de despesas terão de vir nas avaliações até o fim do ano, para cumprir a meta, algo que analistas fora do governo não acreditam muito.

O governo indicou que o déficit projetado de R\$ 14,5 bilhões até o segundo bimestre aumentou para o limite do intervalo de tolerância no terceiro. A receita primária total estimada foi reduzida em R\$ 6,4 bilhões em relação ao resultado do ano até abril. No entanto, em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), a queda é maior, de R\$ 21 bilhões. O mesmo acontece com as receitas líquidas, que excluem as transferências. Elas estão R\$ 13,2 bilhões menores que as previstas no bimestre anterior e R\$ 24 bilhões abaixo das que constam no orçamento.

As despesas totais mostram comportamento oposto. Os gastos primários aumentaram R\$ 20,7 bilhões (os R\$ 14 bilhões dispendidos para a reconstrução do Rio Grande do Sul não contam para efeito da meta fiscal) e nada menos de R\$ 47 bilhões em relação ao previsto na LOA. Os benefícios previdenciários continuam sendo revistos para cima, como as consultorias privadas acreditavam, por considerar subestimados os cálculos do governo. Dispêndios com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) aumentaram R\$ 6,4 bilhões. No total, os benefícios previdenciários subiram de R\$ 917,8 bilhões para R\$ 923,1 bilhões.

Ajustada pela performance, a tendência da receita é de queda em relação à estimada. Uma das principais fontes adicionais de entrada de recursos nos cofres públicos, as que se devem à volta do voto de minerva para o governo no **Carf**, deveria proporcionar R\$ 55,5 bilhões com os acordos que se previa que fossem feitos pelos perdedores das ações. Até há pouco, nada havia sido arrecadado com isso, e ontem, na revisão bimestral, a cifra projetada encolheu para R\$ 37,7 bilhões, ou R\$ 17,8 bilhões a menos.

Outras receitas observadas mostraram menor perspectiva de avanço na comparação com a avaliação anterior. As receitas líquidas caíram R\$ 13,2 bilhões. A arrecadação administrada pela **Receita Federal** deve encolher R\$ 1,7 bilhão. Concessões e participações foram reduzidas em R\$ 900 milhões, e em R\$ 300 milhões os recursos advindos da exploração de recursos naturais. Na direção contrária, os dividendos e participações deverão render mais R\$ 400 milhões do que o antevisto.

Os resultados fiscais pioraram por um motivo simples: as receitas estão crescendo menos que os gastos. A arrecadação federal tem mantido um ritmo de alta significativo, já descontada a **inflação**. Ontem, o secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, afirmou que o resultado do mês passado não fugiu à regra, com crescimento de 9,08% reais. Em maio, ela avançara no mesmo ritmo. Na comparação com junho do ano passado, aumentou 11,2% acima da **inflação** do período. É um desempenho excelente para uma economia que, pelas previsões, deverá crescer menos do que em 2023. A estimativa mais otimista, do Ministério da Fazenda, prevê avanço do **PIB** de 2,5%, ainda um pouco distante das projeções do boletim Focus (2,15%, mas subindo a cada semana).

As despesas, no entanto, avançam mais rapidamente. No ano até maio (último dado disponível no Tesouro), aumentaram 13% descontada a **inflação**, ou R\$ 106,3 bilhões mais. Pela revisão do terceiro bimestre divulgada ontem, ela deverá ser R\$ 47 bilhões mais alta do que a que consta da lei orçamentária. As despesas obrigatórias são as que mais avançam, R\$ 29 bilhões no ano acima do previsto. Os gastos públicos primários estão aumentando sobre uma base robusta: em 2023, com a PEC da Transição, o governo obteve recursos extras de R\$ 168 bilhões. Os cálculos das despesas não incluem o pagamento de precatórios até 2026 e os vários tipos de auxílio para o Rio Grande do Sul.

Há divisão no governo sobre o tamanho do freio nas despesas. Uma ala vê pouca conveniência de corte maior de recursos e é a ela que o presidente Lula adere ao frequentemente desdenhar da obrigação de cumprir a meta fiscal. Para o PT, nenhuma contenção é necessária. A equipe econômica, sob críticas, queria um aperto maior. A solução dos R\$ 15 bilhões, anunciada antecipadamente, foi um compromisso,

selado com o devido aval do presidente.

As projeções para o déficit giram em torno de 0,7% do **PIB** no Focus. A relutância de parte do governo em se alinhar ao foco prudente da Fazenda faz com que contingenciamentos venham mais tarde e em menor dose do que a necessária para cumprir um objetivo fiscal que o governo livremente escolheu. Há tempo para consertar a situação, e o aval a um corte de R\$ 15 bilhões pode tornar mais fácil a aceitação, resignada que seja, a novos cortes nos próximos meses, que levem o resultado em direção à meta.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187935?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187935?page=1§ion=1)**

Receita prorroga prazo de entrega

ga prazo de entrega da Declaração sobre Operações Imobiliárias para adaptação ao DOIWeb.

Agora, os documentos da DOI lavrados, anotados, averbados, matriculados ou registrados nos meses de maio e junho de 2024 poderão ser entregues até o último dia útil de agosto próximo. A medida consta na instrução normativa nº 2.202/2024, da autarquia e tem o objetivo de permitir que registradores e notários tenham um tempo maior para se adaptarem ao novo sistema.

Segundo órgão, a DOI é uma obrigação tributária acessória dos titulares dos cartórios de notas, de registro de imóveis e de títulos e documentos, nos termos da legislação federal. Segundo a **Receita Federal**, a modernização tecnológica não apenas trará mais agilidade, transparência e segurança no cumprimento das obrigações fiscais, mas também tem como objetivo melhorar a experiência dos titulares de cartórios, tornando o processo mais eficiente e transparente para todos os envolvidos.

"Uma ação que está alinhada a objetivos estratégicos da **Receita Federal** de promover um ambiente regulatório estável, previsível e consistente, bem como de simplificar obrigações acessórias", diz a autarquia por meio de um **comunicado**.

DOIWEB O sistema DOIWeb facilitará a entrega da declaração por meio do pré -preenchimento das informações com os dados cadastrais existentes nas bases da **Receita Federal**, permitindo que os titulares de cartórios cumpram suas obrigações fiscais de forma integrada e simplificada. A declaração passará a ser preenchida e enviada diretamente pela internet mediante acesso à plataforma, que está disponível desde junho pelo portal único gov.br.

Além do pré-preenchimento também foram desenvolvidas funcionalidades que possibilitam o acesso integral às declarações enviadas anteriormente, tornando mais ágil o processo de retificação ou cancelamento. O conjunto das inovações implementadas promoverá a melhoria significativa da qualidade e fidedignidade dos dados, e a redução dos custos operacionais do sistema. (Com informações da assessoria)

Receita comemora números

O secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, informou que a arrecadação no primeiro semestre superou as expectativas. Os números só serão divulgados amanhã, mas o secretário adiantou que a arrecadação federal cresceu 13,6% em valores nominais e 9,08% acima da **inflação** nos seis primeiros meses do ano em relação ao mesmo período do ano passado. Se comparar junho com o mesmo mês do ano anterior, as receitas subiram 15,72% em valores nominais e 11,02% acima da **inflação**.

Segundo Barreirinhas, a elevação da previsão de déficit primário para R\$ 28,8 bilhões decorreu principalmente do impacto da prorrogação da desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia e para pequenos municípios. "A arrecadação vai bem, mas um pouco inferior ao necessário para cobrir as despesas", frisou. (Agência Brasil)

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/brasil/2024/07/receita-comemora-numeros.html>

País tem arrecadação histórica

Brasília - O secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, informou que a arrecadação no primeiro semestre superou as expectativas. Os números serão divulgados amanhã (24), mas o secretário adiantou que a arrecadação federal cresceu 13,6% em valores nominais e 9,08% acima da **inflação** nos seis primeiros meses do ano em relação ao mesmo período de 2023. Se comparar junho com o mesmo mês do ano anterior, as receitas subiram 15,72% em valores nominais e 11,02% acima da **inflação**.

Segundo Barreirinhas, a elevação da previsão de déficit primário para R\$ 28,8 bilhões decorreu principalmente do impacto da prorrogação da desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia e para pequenos municípios.

"A arrecadação vai bem, mas um pouco inferior ao necessário para cobrir as despesas por causa de algumas desonerações e de algumas frustrações. Neste [relatório] bimestral, pesa bastante a desoneração dos municípios, que ainda não estava no documento", explicou Barreirinhas.

Apesar de o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ter dito recentemente que o governo estimava em R\$ 18 bilhões o impacto total da desoneração em 2024, Barreirinhas continua a estimar em torno de R\$ 25 bilhões o impacto da prorrogação da desoneração da folha sobre os cofres federais. Desse total, de R\$ 19 bilhões a R\$ 20 bilhões vêm do benefício às empresas e R\$ 10,4 bilhões vêm da ajuda aos municípios.

Segundo Barreirinhas, a estimativa foi mantida com base nos dados da recém-criada Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirb), cujo prazo de envio terminou no sábado (20) e cuja entrega se repetirá a cada dois meses. O secretário informou que 355 mil empresas declararam benefícios fiscais ao Fisco e que os valores estão em linha com as estimativas originais.

Para cumprir a meta de déficit primário zero estipulada pelo novo arcabouço fiscal, o governo precisa de R\$ 168 bilhões em receitas extras. Até a edição anterior do Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, em maio, a **Receita Federal** divulgava a estimativa anual. O novo relatório, no entanto, não incluiu as estimativas anuais e só apresentou a projeção de arrecadar R\$ 87,138 bilhões extras no segundo semestre.

Barreirinhas justificou a medida com base nas receitas já realizadas e em um atraso médio de dois meses na

entrada de recursos com o restabelecimento do voto de desempate do governo no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, órgão da Receita que julga processos administrativos de dívidas tributárias. O relatório reduziu de R\$ 55,647 bilhões para R\$ 37,111 bilhões a estimativa de arrecadação em 2024, com a diferença sendo transferida para os dois primeiros meses de 2025.

Taxação de importados - Apesar da sanção da lei que taxou em 20% as compras de produtos importados pela internet de até US\$ 50, Barreirinhas informou que o Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, documento que orienta a execução do Orçamento, não traz estimativas de arrecadação. Segundo ele, o Fisco está esperando as primeiras receitas com a taxação entrarem no caixa federal para projetar dados, para a inclusão de um valor no relatório de setembro.

"A partir de agosto, vamos ter os dados de arrecadação. Aí podemos fazer uma estimativa", declarou o secretário.

Após a sanção da lei do Programa Mover, que incluiu um "jabuti" com a taxação de 20% em Imposto de Importação, o governo editou uma medida provisória (MP) adiando o início da cobrança para agosto, enquanto a **Receita Federal** monta um sistema eletrônico de arrecadação. A MP também manteve zerada a alíquota para a importação de medicamentos pela internet. (ABr

Julgamentos no Carf não renderam o esperado

Entre as receitas, houve redução nos valores previstos com julgamentos de grandes causas no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**), estimados inicialmente em R\$ 55,6 bilhões neste ano. Essa projeção foi revista para R\$ 37,7 bilhões a serem arrecadados entre julho e dezembro deste ano. Nos meses anteriores, até aqui, não houve entrada de recursos, informou o secretário de **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas. Ele tentou dissipar as incertezas com o desempenho das receitas do governo. O secretário afirmou que dados da Receita que serão divulgados amanhã mostram que a arrecadação em junho aumentou 11,02% ante junho de 2023, já descontada a **inflação**. No ano, o crescimento real é de 9,08%.

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Arrecadação bate recorde no semestre

ORLANDO CARDOSO

O secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, informou que a arrecadação no primeiro semestre superou as expectativas. Os números só serão divulgados amanhã (24), mas o secretário adiantou que a arrecadação federal cresceu 13,6% em valores nominais e 9,08% acima da **inflação** nos seis primeiros meses do ano em relação ao mesmo período do ano passado. Se comparar junho com o mesmo mês do ano anterior, as receitas subiram 15,72% em valores nominais e 11,02% acima da **inflação**. A informação é da Agência Brasil.

Segundo Barreirinhas, a elevação da previsão de déficit primário para R\$ 28,8 bilhões decorreu principalmente do impacto da prorrogação da desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia e para pequenos municípios.

"A arrecadação vai bem, mas um pouco inferior ao necessário para cobrir as despesas por causa de algumas desonerações e de algumas frustrações. Neste [relatório] bimestral, pesa bastante a desoneração dos municípios, que ainda não estava no documento", explicou Barreirinhas em entrevista para explicar o congelamento de R\$ 15 bilhões de recursos do Orçamento de 2024.

Apesar de o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ter dito recentemente que o governo estimava em R\$ 18 bilhões o impacto total da desoneração em 2024, Barreirinhas continua a estimar em torno de R\$ 25 bilhões o impacto da prorrogação da desoneração da folha sobre os cofres federais. Desse total, de R\$ 19 bilhões a R\$ 20 bilhões vêm do benefício às empresas e R\$ 10,4 bilhões vêm da ajuda aos municípios.

Segundo Barreirinhas, a estimativa foi mantida com base nos dados da recém-criada Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirb), cujo prazo de envio terminou no sábado (20) e cuja entrega se repetirá a cada dois meses. O secretário informou que 355 mil empresas declararam benefícios fiscais ao Fisco e que os valores estão em linha com as estimativas originais da Receita.

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Governo precisa de receitas para atingir meta

Para cumprir a meta de déficit primário zero estipulada pelo novo arcabouço fiscal, o governo precisa de R\$ 168 bilhões em receitas extras. Até a edição anterior do Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, em maio, a **Receita Federal** divulgava a estimativa anual. O novo relatório, no entanto, não incluiu as estimativas anuais e só apresentou a projeção de arrecadar R\$ 87,138 bilhões extras no segundo semestre.

Barreirinhas justificou a medida com base nas receitas já realizadas e em um atraso médio de dois meses na entrada de recursos com o restabelecimento do voto de desempate do governo no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, órgão da Receita que julga processos administrativos de dívidas tributárias.

O relatório reduziu de R\$ 55,647 bilhões para R\$ 37,111 bilhões a estimativa de arrecadação em 2024, com a diferença sendo transferida para os dois primeiros meses de 2025.

IMPORTADOS

Apesar da sanção da lei que taxou em 20% as compras de produtos importados pela internet de até US\$ 50, Barreirinhas informou que o Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, documento que orienta a execução do Orçamento, não traz estimativas de arrecadação. Segundo ele, o Fisco está esperando as primeiras receitas com a taxação entrarem no caixa federal para projetar dados, para a inclusão de um valor no relatório de setembro.

"A partir de agosto, vamos ter os dados de arrecadação. Aí podemos fazer uma estimativa", declarou o secretário.

Após a sanção da lei do Programa Mover, que incluiu um "jabuti" com a taxação de 20% em Imposto de Importação, o governo editou uma medida provisória (MP) adiando o início da cobrança para agosto, enquanto a **Receita Federal** monta um sistema eletrônico de arrecadação.

A MP também manteve zerada a alíquota para a importação de medicamentos pela internet.

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Governo Lula eleva previsão de déficit para R\$ 28,8 bi neste ano

■ LEVY GUIMARÃES (Gabriela Oliva/O Tempo Brasília)

O governo elevou para R\$ 28,8 bilhões a projeção de déficit nas contas públicas para 2024. Esse é o valor que o Executivo deverá gastar a mais do que arrecada. O montante está no limite da meta prevista no arcabouço fiscal para este ano. Em maio, a previsão de déficit era de R\$ 14,5 bilhões.

Em relatório bimestral divulgado ontem, o Ministério do Planejamento e Orçamento também confirmou o congelamento de R\$ 15 bilhões em gastos, anunciado na semana passada. Desse total, R\$ 11,2 bilhões são em decorrência do aumento de despesas obrigatórias, como aposentadorias e pensões, e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Outros R\$ 3,8 bilhões foram contingenciados.

No caso do BPC, o principal motivo da variação, segundo o governo, é o aumento na quantidade de benefícios concedidos pelo Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social**. Em relação aos benefícios previdenciários, as despesas dos últimos dois meses ficaram acima do previsto devido a mudanças de fluxos internos e "comportamentos inesperados de entrada de pedidos", diz o documento.

O detalhamento dos R\$ 15 bilhões congelados deve ser formalizado em portaria no dia 30 de julho, prazo legal para esse tipo de ação. Ali, serão informados quais ministérios serão afetados.

A equipe econômica tem a perspectiva de novos contingenciamentos ao longo do segundo semestre. O relatório bimestral ainda aponta que houve uma arrecadação de R\$ 12,5 bilhões acima do esperado com o Imposto sobre a Renda.

Uma das razões foi a tributação de fundos exclusivos e de rendas de aplicações financeiras efetuadas no exterior, aprovada pelo Congresso no ano passado. Também houve melhora da expectativa de crescimento da massa salarial para o período de julho a dezembro.

Também ficaram acima das projeções do governo os valores arrecadados com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a Contribuição Social sobre

Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto sobre Exportação.

Por outro lado, estiveram abaixo do previsto pelo governo a receita previdenciária, devido à incorporação do impacto da desoneração das folhas salariais, o PIS/Co-fins e o Pascp, além de outras fontes administradas pela **Receita Federal**.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou que o documento reitera o compromisso do governo com as regras fiscais existentes e a disposição em tomar medidas necessárias em prol do resultado fiscal. O secretário disse ainda que os limites de despesas serão rigorosamente observados.

ainda que haja pressões sobre despesas obrigatórias.

Ele disse que os números divulgados corroboram um cenário distinto ao ambiente de incerteza e de aversão ao risco que impera nas análises de agentes financeiros. "São muitas vezes legítimas considerações e preocupações, e é nosso papel e mostrar e sinalizar que o caminho continua sendo o mesmo", disse, ao reforçar o compromisso com marco fiscal de médio e longo prazo.

Orçamento Lula: corte será feito quando for necessário

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou ontem que vai "bloquear" o Orçamento "sempre que precisar". A declaração foi feita durante entrevista no Palácio da Alvorada para agências de notícias internacionais.

"O mesmo dinheiro que você precisa cortar agora, você pode não precisar cortar daqui a dois meses, depende da arrecadação", afirmou Lula.

O presidente explicou que o congelamento de R\$ 15 bilhões no Orçamento não é a primeira medida desse tipo adotada pelo governo e argumentou que, se o país gastar mais do que arrecada, "vai quebrar". Ele enfatizou ainda que a gestão orçamentária futura dependerá do comportamento das receitas.

Durante a entrevista, Lula também afirmou que ainda não decidiu quem indicará para presidir o Banco Central (BC) a partir de 2025.

Emendas O Corte. A equipe econômica considera

bloquear parte do valor destinado às emendas parlamentares no Orçamento de 2024. "Podem ser contingenciadas as emendas individuais. É o que diz a lei. É um tipo de gasto passível de contingenciamento", disse o secretário substituto de Orçamento Federal, Clayton Luiz Montes. A medida pode afetar a relação do Planalto com o Congresso.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Desoneração forçou corte de gastos, diz equipe econômica do governo (Ajuste fiscal)

Rosana Hessel

+

A equipe econômica do governo confirmou o novo corte de R\$ 15 bilhões no Orçamento deste ano para conseguir cumprir uma meta fiscal mais frouxa, após aumentar em R\$ 20,7 bilhões as estimativas de despesas no Orçamento deste ano. Técnicos evitaram criticar a política de valorização do salário mínimo, que ajudou a explodir os gastos previdenciários e ainda colocaram a culpa na prorrogação da desoneração da folha como um dos principais fatores que justificam a contenção de despesas.

O valor do corte foi antecipado, na semana passada, pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. "A desoneração da folha de pagamentos está pesando bastante na arrecadação até este momento", afirmou o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, ontem, a jornalistas. Ele participou da apresentação do relatório de avaliação de receitas e despesas do terceiro bimestre de 2024, ao lado do Secretário de Orçamento Federal substituto, Clayton Luiz Montes, e do Secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

De acordo com Barreirinhas, com base nos dados do Fisco desde janeiro até o dia 20 deste mês, o volume estimado de perdas de receita com a desoneração da folha é de R\$ 26,2 bilhões. Desse total, R\$ 15,7 bilhões são referentes à isenção fiscal dos 17 setores beneficiados com a medida, e outros R\$ 10,5 bilhões, com a renúncia fiscal a favor de municípios de até 156,2 mil habitantes. "Essas projeções de receita são feitas pelos técnicos da Receita a partir de metodologia distinta das estimativas feitas pelo Congresso", disse o titular da **Receita Federal**.

Barreirinhas adiantou que, amanhã, deverá divulgar o resultado da arrecadação de junho com aumento nominal de 15,75% na comparação com o mesmo mês de 2023, e, real (descontada a **inflação**) de 11,2% e, no acumulado de do ano, de 13,6%. Novas projeções Os parâmetros macroeconômicos do relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas foram atualizados e a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) passou de 2,45% para 2,54% e as estimativas para a **inflação** oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano passaram de 3,7% para 3,9%. Conforme os dados do relatório, a previsão de receita líquida neste ano encolheu R\$ 13,2 bilhões na comparação com a

projeção anterior, para R\$ 2,268 trilhões. Mas receitas extraordinárias, como as ações do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, tiveram redução ainda maior nas projeções, passando de R\$ 55 bilhões para R\$ 37 bilhões devido à diminuição do prazo previsto para o pagamento das negociações, de acordo com Barreirinhas.

A estimativa para as despesas deste ano cresceu R\$ 20,7 bilhões, para R\$ 2,229 trilhões. E a previsão para o resultado primário para este ano passou a ser um deficit primário de R\$ 14,5 bilhões para R\$ 32,6 bilhões. E, para adequar a programação orçamentária ao novo arcabouço fiscal, o governo precisará fazer um bloqueio de R\$ 11,2 bilhões em decorrência do aumento de despesas obrigatórias (Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e benefícios previdenciários, de acordo com os órgãos.

Segundo técnicos da equipe econômica, as variações para o BPC foram de R\$ 6,4 bilhões, que decorre principalmente do aumento nos quantitativos de benefícios concedidos face ao Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social**. Já os benefícios previdenciários apresentaram uma variação de R\$ 4,9 bilhões, que justificada, principalmente, "pelo fato de as despesas dos últimos dois meses terem sido executadas acima do previsto inicialmente em decorrência de mudanças de fluxos internos e comportamentos inesperados de entrada de pedidos", considerando a dotação prevista de R\$ 927 bilhões. A previsão financeira dos benefícios previdenciários cresceu R\$ 8 bilhões em relação ao relatório anterior, somando R\$ 923,1 bilhões.

O novo corte no Orçamento, de R\$ 15 bilhões, ainda ficou abaixo do necessário para o cumprimento da meta fiscal de deficit zero neste ano, de acordo com analistas que apontam a necessidade de cortes adicionais nos próximos meses. Pelas contas da economista Tatiana Pinheiro, economista-chefe da Galapagos Capital, o relatório continua otimista pelo lado da arrecadação e, portanto, "seria necessário um contingenciamento de R\$ 33 bilhões" em vez da contenção de R\$ 15 bilhões.

Os especialistas ainda olham com preocupação o fato de, agora, o governo perseguir o limite inferior da meta fiscal, que permite um rombo de até 0,25% do **PIB**, ou R\$ 28,8 bilhões, em vez do deficit zero. Ao serem

questionados sobre isso, os secretários negaram qualquer afrouxamento no compromisso fiscal e minimizaram a preocupação de analistas sobre o afrouxamento da meta. "Eu gostaria de enfatizar que o centro da meta está sendo buscado, continua sendo buscado e vai ser buscado sim", afirmou Clayton Montes, acrescentando que essa mudança é resultado da interpretação de leis complementares com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO).

Segundo ele, é crível que o governo conseguirá, neste ano, reduzir as despesas em R\$ 9 bilhões com a revisão de sim poderia especificar melhor a questão do contingenciamento, que deveria ser realizado apenas no valor que supera o limite mínimo da conta.

O secretário do Tesouro Nacional também minimizou o afrouxamento da meta pela banda. "A meta está sendo cumprida e o objetivo fiscal para o exercício será cumprido. Não tenho dúvidas", afirmou. Segundo ele, o próprio Marco Fiscal estabelece essa possibilidade da amplitude da meta, e portanto, ela precisa ser observada. "Não há qualquer tipo de relaxamento ou afrouxamento para isso", reforçou Ceron.

A especialista em contas públicas Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), contudo, fez um alerta sobre o relatório divulgado ontem. "O relatório apresentado materializa alguns riscos apontados nos relatórios da IFI nos últimos meses, a questão do crescimento das despesas obrigatórias em ritmo diferente do crescimento das despesas limitadas pela regra do arcabouço fiscal", disse.

Na avaliação do economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, os benefícios previdenciários continuam subestimados em R\$ 9 bilhões, mas as despesas obrigatórias com controle de fluxo parecem conter um espaço fiscal. O fato é que, mesmo após a revisão das projeções de receitas, as despesas com controle de fluxo (alguns itens desse grupo são vinculados à receita) permaneceram em R\$ 359,5 bilhões", afirmou. Ele destacou que a despesa discricionária (não obrigatória) foi revisada para baixo em R\$ 8,3 bilhões, para R\$ 200,4 bilhões, sem contar os R\$ 3,8 bilhões em contingenciamento necessário indicado no relatório e o bloqueio de R\$ 11,2 bilhões. "Total após contingenciamento, bloqueio e revisão já contida no relatório chega a R\$ 23,3 bilhões de redução das despesas discricionárias", acrescentou.

Decreto

O detalhamento dos cortes por órgão e ministérios, constará de anexo ao Decreto de Programação Orçamentária e Financeira que será publicado no próximo dia 30, no Diário Oficial da União (DOU). Após

a publicação do decreto, os órgãos terão cinco dias úteis para indicar as programações a serem bloqueadas ou contingenciadas, de acordo com a equipe econômica.

Ao ser questionado pelo Correio se o presidente Lula escolheu alguma despesa ou pasta que fosse poupada dos cortes, Ceron disse que não houve essa determinação do chefe do Executivo. "A discussão não foi posta. Não foi discutido com o presidente o detalhamento dos cortes. O processo decisório vai acontecer ao longo da semana para ser feita a publicação do decreto de programação orçamentária", explicou. Os secretários informaram que cada órgão precisará definir quais as despesas discricionárias (não obrigatórias) e emendas parlamentares que serão cortadas para atingir o bloqueio e o contingenciamento de R\$ 15 bilhões previsto no Orçamento.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, em entrevistas recentes, garantiu que os investimentos em saúde e educação serão preservados, assim como as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) já iniciadas. A meta fiscal deste ano permite um rombo de até 0,25% no **PIB** e limita o crescimento das despesas em 70% da expansão das receitas, com limite de 2,5% de aumento real (descontada a **inflação**).

A equipe econômica do governo confirmou o novo corte de R\$ 15 bilhões no Orçamento deste ano para conseguir cumprir uma meta fiscal mais frouxa, após aumentar em R\$ 20,7 bilhões as estimativas de despesas no Orçamento deste ano. Técnicos evitaram criticar a política de valorização do salário mínimo, que ajudou a explodir os gastos previdenciários e ainda colocaram a culpa na prorrogação da desoneração da folha como um dos principais fatores que justificam a contenção de despesas.

O valor do corte foi antecipado, na semana passada, pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. "A desoneração da folha de pagamentos está pesando bastante na arrecadação até este momento", afirmou o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, ontem, a jornalistas. Ele participou da apresentação do relatório de avaliação de receitas e despesas do terceiro bimestre de 2024, ao lado do Secretário de Orçamento Federal substituto, Clayton Luiz Montes, e do Secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

De acordo com Barreirinhas, com base nos dados do Fisco desde janeiro até o dia 20 deste mês, o volume estimado de perdas de receita com a desoneração da folha é de R\$ 26,2 bilhões. Desse total, R\$ 15,7 bilhões são referentes à isenção fiscal dos 17 setores beneficiados com a medida, e outros R\$ 10,5 bilhões, com a renúncia fiscal a favor de municípios de até

156,2 mil habitantes. "Essas projeções de receita são feitas pelos técnicos da Receita a partir de metodologia distinta das estimativas feitas pelo Congresso", disse o titular da **Receita Federal**.

Barreirinhas adiantou que, amanhã, deverá divulgar o resultado da arrecadação de junho com aumento nominal de 15,75% na comparação com o mesmo mês de 2023, e, real (descontada a **inflação**) de 11,2% e, no acumulado de do ano, de 13,6%. Novas projeções Os parâmetros macroeconômicos do relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas foram atualizados e a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) passou de 2,45% para 2,54% e as estimativas para a **inflação** oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano passaram de 3,7% para 3,9%. Conforme os dados do relatório, a previsão de receita líquida neste ano encolheu R\$ 13,2 bilhões na comparação com a projeção anterior, para R\$ 2,268 trilhões. Mas receitas extraordinárias, como as ações do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, tiveram redução ainda maior nas projeções, passando de R\$ 55 bilhões para R\$ 37 bilhões devido à diminuição do prazo previsto para o pagamento das negociações, de acordo com Barreirinhas.

A estimativa para as despesas deste ano cresceu R\$ 20,7 bilhões, para R\$ 2,229 trilhões. E a previsão para o resultado primário para este ano passou a ser um deficit primário de R\$ 14,5 bilhões para R\$ 32,6 bilhões. E, para adequar a programação orçamentária ao novo arcabouço fiscal, o governo precisará fazer um bloqueio de R\$ 11,2 bilhões em decorrência do aumento de despesas obrigatórias (Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e benefícios previdenciários, de acordo com os órgãos.

Segundo técnicos da equipe econômica, as variações para o BPC foram de R\$ 6,4 bilhões, que decorre principalmente do aumento nos quantitativos de benefícios concedidos face ao Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social**. Já os benefícios previdenciários apresentaram uma variação de R\$ 4,9 bilhões, que justificada, principalmente, "pelo fato de as despesas dos últimos dois meses terem sido executadas acima do previsto inicialmente em decorrência de mudanças de fluxos internos e comportamentos inesperados de entrada de pedidos", considerando a dotação prevista de R\$ 927 bilhões. A previsão financeira dos benefícios previdenciários cresceu R\$ 8 bilhões em relação ao relatório anterior, somando R\$ 923,1 bilhões.

O novo corte no Orçamento, de R\$ 15 bilhões, ainda ficou abaixo do necessário para o cumprimento da meta fiscal de deficit zero neste ano, de acordo com analistas que apontam a necessidade de cortes

adicionais nos próximos meses. Pelas contas da economista Tatiana Pinheiro, economista-chefe da Galapagos Capital, o relatório continua otimista pelo lado da arrecadação e, portanto, "seria necessário um contingenciamento de R\$ 33 bilhões" em vez da contenção de R\$ 15 bilhões.

Os especialistas ainda olham com preocupação o fato de, agora, o governo perseguir o limite inferior da meta fiscal, que permite um rombo de até 0,25% do **PIB**, ou R\$ 28,8 bilhões, em vez do deficit zero. Ao serem questionados sobre isso, os secretários negaram qualquer afrouxamento no compromisso fiscal e minimizaram a preocupação de analistas sobre o afrouxamento da meta. "Eu gostaria de enfatizar que o centro da meta está sendo buscado, continua sendo buscado e vai ser buscado sim", afirmou Clayton Montes, acrescentando que essa mudança é resultado da interpretação de leis complementares com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO).

Segundo ele, é crível que o governo conseguirá, neste ano, reduzir as despesas em R\$ 9 bilhões com a revisão de sim poderia especificar melhor a questão do contingenciamento, que deveria ser realizado apenas no valor que supera o limite mínimo da conta.

O secretário do Tesouro Nacional também minimizou o afrouxamento da meta pela banda. "A meta está sendo cumprida e o objetivo fiscal para o exercício será cumprido. Não tenho dúvidas", afirmou. Segundo ele, o próprio Marco Fiscal estabelece essa possibilidade da amplitude da meta, e portanto, ela precisa ser observada. "Não há qualquer tipo de relaxamento ou afrouxamento para isso", reforçou Ceron.

A especialista em contas públicas Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), contudo, fez um alerta sobre o relatório divulgado ontem. "O relatório apresentado materializa alguns riscos apontados nos relatórios da IFI nos últimos meses, A questão do crescimento das despesas obrigatórias em ritmo diferente do crescimento das despesas limitadas pela regra do arcabouço fiscal", disse.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/07/6904154-desoneracao-forcou-corte-de-gastos-diz-equipe-economica-do-governo.html>

Gastos obrigatórios do governo já estão R\$ 30 bi acima do previsto e desafiam meta de déficit zero

As estimativas de gastos com aposentadorias e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) subiram R\$ 11,3 bilhões na comparação com o bimestre anterior e são o principal motivo por trás do bloqueio de despesas no Orçamento anunciado na semana passada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Os números foram confirmados ontem pela equipe econômica, dentro do terceiro relatório bimestral que avalia o comportamento de receitas e despesas.

Além do bloqueio, o governo contingenciou R\$ 3,8 bilhões para cumprir a meta fiscal deste ano diante da frustração com a arrecadação. No total, R\$ 15 bilhões foram congelados no Orçamento.

Déficit de R\$ 28,8 bi

O relatório aponta ainda um déficit de R\$ 28,8 bilhões em 2024, no limite do permitido no arcabouço fiscal. A meta é de déficit zero, o que representa receitas iguais às despesas, mas há um limite de tolerância de déficit de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB), o equivalente a R\$ 28,8 bilhões. Sem o contingenciamento, ele ficaria em R\$ 32,6 bilhões. No último relatório, divulgado em maio, a previsão era de um déficit de R\$ 14,5 bilhões.

O governo bloqueia gastos para cumprir o limite de despesas previsto no arcabouço. E faz contingenciamento de despesas para chegar à meta fiscal.

O relatório esclarece que o detalhamento por órgão da contenção de R\$ 15 bilhões será divulgado na próxima semana, em decreto. Entre as pastas que podem ter o maior valor de corte estão os ministérios dos Transportes e das Cidades, que têm o orçamento mais robusto depois de Saúde e Educação.

Antes do anúncio, o ministro dos Transportes, Renan Filho, disse ao GLOBO que as obras em andamento prosseguirão, pois os restos a pagar (quando o dinheiro investido já está comprometido com fornecedores e funcionários) não devem ser afetados:

- Obras não devem ser paralisadas. Vamos investir mais que no ano passado e no governo anterior,

mesmo com o contingenciamento. Estamos acelerando obras dentro do possível, o ideal nem sempre é o possível.

Em relação às despesas obrigatórias, o relatório mostra que a estimativa aumentou de R\$ 2 trilhões para R\$ 2,029 trilhões, em relação ao Orçamento aprovado no Congresso, devido ao aumento das despesas previdenciárias. Isso obriga o governo a cortar em outras áreas.

- Chama a atenção o aumento de despesas obrigatórias, de R\$ 29 bilhões. Evidentemente, resultou na necessidade de bloqueio de R\$ 11,2 bilhões, que é realizado em despesas discricionárias (não obrigatórias) - disse o secretário de Orçamento Federal substituto, Clayton Montes, citando os aumentos previstos em benefícios previdenciários e no BPC.

As despesas com os benefícios de Previdência, do **INSS**, subiram R\$ 4,9 bilhões, para R\$ 923,1 bilhões. A expectativa para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) passou de R\$ 105,1 bilhões para R\$ 111,5 bilhões, uma alta de R\$ 6,4 bilhões. O BPC é pago a pessoas com deficiência e idosos de baixa renda.

Revisão de benefícios

No caso do BPC, o Ministério do Planejamento explicou que a variação decorre principalmente do aumento no número de benefícios concedidos, no Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social**, bem como do aumento da quantidade de requerimentos novos e analisados.

Já em relação aos benefícios previdenciários, a pasta justifica o aumento pelo fato de as despesas dos últimos dois meses terem sido executadas acima do previsto inicialmente, em decorrência de mudanças de fluxos internos e comportamentos inesperados de entrada de pedidos.

Como já mostrou O GLOBO, a concessão de BPC, especialmente para pessoas com deficiência, vem batendo recordes este ano. Houve ainda aumento da

projeção para gastos com abono salarial e seguro-desemprego, de R\$ 81,3 bilhões para R\$ 81,6 bilhões.

A previsão com créditos extraordinários subiu de R\$ 13,8 bilhões para R\$ 28 bilhões, em função dos recursos para o enfrentamento da calamidade no Rio Grande do Sul. Esses gastos não são considerados para fins de contabilidade da meta de resultado das contas públicas. A projeção de despesas discricionárias caiu de R\$ 208,8 bilhões para R\$ 200,4 bilhões.

Montes afirmou que a revisão de gastos em benefícios previdenciários e assistenciais já vem produzindo efeitos, com previsão de economia de R\$ 9 bilhões só este ano. Se não fosse isso, as previsões de gastos com **INSS** e BPC seriam maiores do que as indicadas no relatório.

Ele citou o uso do Atestmed, em que a análise de documentos para concessão do auxílio-doença é feita on-line, a reavaliação dos benefícios por incapacidade temporária e a contenção de fraudes e irregularidades, entre outros.

Receita menor

Já a estimativa para a receita líquida do governo caiu, de R\$ 2,181 trilhões para R\$ 2,168 trilhões. O governo revisou novamente para baixo a estimativa para a arrecadação com concessões e permissões este ano, e subiu a de dividendos. Uma queda de R\$ 13,2 bilhões.

Também foi reduzida a projeção de arrecadação extraordinária com os julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** este ano, de R\$ 55,6 bilhões para R\$ 37,7 bilhões.

A atualização do Orçamento não conta ainda com as receitas para compensar a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores que mais empregam no país e de municípios pequenos. O tema está em discussão no Senado e pode significar a entrada de cerca de R\$ 17 bilhões nos cofres públicos. (*Colaborou Victoria Abel)

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/07/23/gastos-obrigatorios-do-governo-ja-estao-r-30-bi-acima-do-previsto-e-desafiam-meta-de-deficit-zero.ghtml>

Gastos com INSS e BPC sobem R\$ 11,3 bi

A redução da fila de espera do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) impulsionou as despesas com benefícios previdenciários e com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que ficaram R\$ 11,3 bilhões maiores na projeção para este ano.

O aumento das duas categorias de despesa é o principal motivo por trás do congelamento de R\$ 15 bilhões em despesas do Orçamento de 2024. O relatório de avaliação de receitas e despesas do 3º bimestre, divulgado nesta segunda-feira, mostra uma piora nas previsões para as contas públicas neste ano.

A previsão de gastos com o BPC, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, subiu R\$ 6,4 bilhões e alcançará R\$ 111,5 bilhões. No caso dos benefícios previdenciários, o aumento foi de R\$ 4,9 bilhões, e a despesa total chegará a R\$ 927 bilhões.

O valor global da trava já havia sido anunciado pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) na última quinta-feira (18), após reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO) com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Do montante total, R\$ 11,2 bilhões serão bloqueados para compensar o crescimento das despesas obrigatórias, que incluem a Previdência e o BPC. Na avaliação do próprio governo, é pouco provável que essas despesas recuem até o fim do ano, o que torna baixa a probabilidade de reversão do bloqueio.

Outros R\$ 3,8 bilhões serão contingenciados devido à frustração na estimativa de receitas. Neste caso, o gasto é contido para permitir o cumprimento da meta fiscal, cujo alvo central é um déficit zero, mas permite um resultado negativo de até 0,25% do **PIB** (Produto Interno Bruto).

A projeção do governo é que, com o contingenciamento, o resultado ficará exatamente no limite permitido pela margem de tolerância, que é um déficit de R\$ 28,8 bilhões. No segundo bimestre, a previsão era um desempenho menos negativo, de R\$ 14,5 bilhões. A queda de R\$ 13,2 bilhões na arrecadação líquida do governo contribuiu para essa deterioração.

Além do aumento das despesas com o pagamento de benefícios previdenciários, a estimativa de arrecadação do **INSS** caiu R\$ 5,2 bilhões.

piorando as contas da **Previdência Social**.

Caso o governo consiga reforçar sua arrecadação até o fim do ano, o contingenciamento pode ser revisto (Da Folhapress).

*

Aumento na projeção de despesas

Também houve aumento na projeção de despesas de R\$ 1 bilhão com pessoal e encargos sociais, R\$ 800 milhões em complementação do Fundeb e R\$ 100 milhões com o programa Proagro. Em créditos extraordinários, houve aumento de R\$ 14,2 bilhões, em virtude das medidas de socorro ao Rio Grande do Sul. Essa despesa, contudo, não é contabilizada no cumprimento da meta.

Na visão da equipe econômica, contudo, os gastos continuam controlados, em 19,4% do **PIB** - pouco acima da média de 19,2% do **PIB**, entre 2015 e 2023, excluindo o ano de 2020, da pandemia.

"Quando a gente olha a evolução das despesas primárias, no valor total, ao longo dos anos, na série histórica, vemos que ela se mantém sob controle, no patamar de 19,4% do **PIB**. A média é de 19,2% do **PIB**", disse o secretário-adjunto da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Clayton Luiz Montes.

O governo também ampliou as renúncias previstas com na arrecadação da **Previdência Social** em razão da desoneração das folhas de pagamentos dos municípios - houve uma redução de R\$ 5,2 bilhões (Da Agência Estado).

Sítio:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=17912>

Governo oficializa bloqueio de R\$ 15 bilhões no Orçamento

AGÊNCIA BRASIL

A equipe econômica oficializou, ontem, o congelamento de R\$ 15 bilhões no Orçamento de 2024. A suspensão dos valores consta do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, enviado ao Congresso Nacional.

O congelamento foi necessário para cumprir o novo arcabouço fiscal. As regras aprovadas no ano passado estabelecem que os gastos do governo podem crescer até 70% (em valores acima da **inflação**) do crescimento acima da **inflação** das receitas no ano anterior. O marco fiscal também estabelece meta de resultado primário zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma das riquezas produzidas no país).

Na última quinta-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, antecipou o anúncio do congelamento, em meio à disparada do dólar nas vésperas do envio do relatório. Dos R\$ 15 bilhões a serem suspensos, R\$ 11,2 bilhões serão bloqueados; e R\$ 3,8 bilhões, contingenciados.

Tanto o contingencia-mento como o bloqueio representam cortes temporários de gastos. O novo arcabouço fiscal, no entanto, estabeleceu motivações diferentes. O bloqueio ocorre quando os gastos do governo crescem mais que o limite de 70% do crescimento da receita acima da **inflação**. O contingenciamento ocorre quando há falta de receitas que comprometem o cumprimento da meta de resultado primário (resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública).

No caso do bloqueio, o arcabouço fiscal estabelece limite de gastos de até R\$ 2,105 trilhões neste ano. As despesas primárias, no entanto, estavam estimadas em R\$ 2,116 bilhões, por causa da alta de gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), com elevação de R\$ 6,4 bilhões, e de R\$ 4,9 bilhões a mais com a **Previdência Social**, por causa de benefícios acima do previsto. Para impedir o estouro do teto de gastos, a equipe econômica bloqueou R\$ 11,2 bilhões.

Queda na arrecadação

Por causa da queda de R\$ 13,2 bilhões na receita líquida e do aumento de R\$ 20,7 bilhões na previsão

total de gastos, o governo contingenciou R\$ 3,8 bilhões, necessário para alcançar o limite inferior da meta fiscal, que prevê déficit primário de R\$ 28,8 bilhões. Sem a utilização da margem de 0,25% do **PIB** da banda de tolerância, o governo teria de contingenciar R\$ 32,6 bilhões.

A distribuição dos cortes pelos ministérios só será divulgada no próximo dia 30, quando for publicado um decreto presidencial com os limites de gastos por pasta.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_2BC8E94CF81B5A656EE3A3EB67E8E921E8BF9388BAE03FF85834912DB6CFA4A2F77068AD5D76E02B8962EFFB1715980E3F4CADAC42B63A02342A31F5FCDF3770F2115BC05A3115286C21D58E8828C897A97CD0B6F6B652272EE9D0DC6C5F57DF884F65283D105183728058CF7DC3F412075C9EB719D6D60B196

Congresso prepara nova reforma da Previdência

Rodrigo Péret

Uma possível nova reforma da Previdência no ano que vem já é discutida por deputados no Congresso. Apesar de ainda não haver proposta específica em análise e nem conversas aprofundadas sobre o tema, a avaliação interna é de que o debate se tomou inevitável.

A **Previdência Social** terá um aumento de ao menos R\$ 100 bilhões em suas despesas nos próximos quatro anos devido à política de valorização do salário mínimo instituída pelo governo Lula (PT).

Por conta disso, no longo prazo, é apontada a necessidade de conter o crescimento das despesas da Previdência para garantir a sobrevivência do novo arcabouço fiscal.

Ontem, o governo federal elevou para R\$ 28,8 bilhões a projeção do déficit primário em 2024. O déficit primário representa o resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública. O relatório anterior, divulgado em maio, previa déficit de R\$ 14,5 bilhões.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, já defendeu a desvinculação dos benefícios previdenciários como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da correção do salário mínimo. Porém, há resistência do PT e do próprio Lula. Líderes da Câmara avaliam que, apesar disso, é preciso iniciar o debate.

Especialistas consultados pela reportagem divergiram sobre a necessidade de uma nova reforma.

O economista Marcelo Loyola Fraga, por exemplo, vê a necessidade, mas diz que a recente reforma, aprovada em 2019, impossibilitaria uma aprovação já no ano que vem. "Não haveria clima. Mas acho importante que a discussão já tenha início", afirma.

Já o advogado especialista em direito tributário e previdenciário Gerson de Souza critica a possibilidade de uma nova reforma e ressalta que, além das contribuições de pessoas físicas, outras espécies de contribuições já existentes poderiam ser suficientes para manter um superávit.

A coordenadora-adjunta do Instituto Brasileiro de

Direito Previdenciário no Estado (IBDP-ES), Maria Regina Couto Uliana, afirma que não há necessidade de adequação do Financiamento da **Previdência Social**. "Temos uma base de financiamento bem diversa e que não requer que os segurados sejam penalizados para que eventuais ajustes no orçamento da previdência sejam equalizados".

MARIA REGINA LILIANA é contra mudar a Previdência e acredita que não seja necessário fazer uma nova reforma

INSS vai mandar voltar ao trabalho

A ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dvveck, afirmou ontem que o governo vai fazer um esforço de "pente-fino" nos benefícios sociais para garantir que os programas estão atendendo a quem realmente precisa.

Segundo Dvveck, o aumento dos gastos com a **Previdência Social** é uma das causas para o congelamento de R\$ 15 bilhões no Orçamento, anunciado pelo governo federal na semana passada, e a atualização dos cadastros visa conter o aumento das despesas.

"O governo vai fazer um esforço enorme agora, no que as pessoas chamam de "Operação pente-fino". É justamente a gente poder garantir que essas políticas estão atendendo a quem precisa", afirmou durante o evento "Estados do Futuro", agenda paralela ao G-20, no Rio.

"O presidente Lula já falou várias vezes: a gente não vai retirar ninguém que tem direito a essas políticas, mas fazer uma atualização para ver se tem alguém recebendo indevidamente algum benefício para justamente dar espaço para que as políticas possam ser melhoradas", completou.

"A gente não vai retirar quem tem o direito, mas fazer atualização para ver se tem alguém recebendo indevidamente"

Esther Dvveck, ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Supremo pode derrubar parte das mudanças de 2019

O Supremo Tribunal Federal (STF) caminha para invalidar pelo menos quatro dispositivos da reforma da Previdência promulgada em 2019, durante o governo de Jair Bolsonaro (PL).

Retomado na semana passada, o julgamento conjunto de 13 ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) que tratam do tema foi suspenso em razão de um pedido de vista do ministro Gilmar Mendes, o último a votar.

Em quatro pontos, no entanto, já há maioria para anular norma estabelecida pela emenda constitucional da reforma da Previdência, embora qualquer membro da Corte ainda possa mudar seu voto até o fim do julgamento.

São eles a contribuição previdenciária acima do salário mínimo para aposentados e pensionistas; a contribuição extraordinária de servidores ativos e inativos e pensionistas; a nulidade de aposentadoria já concedida sem tempo de contribuição; e o tratamento diferenciado a mulheres.

Um quinto aspecto, que trata da progressividade de alíquotas para **servidores públicos**, está com um empate de cinco a cinco entre os ministros, faltando a manifestação de Gilmar Mendes para o desempate.

GILMAR MENDES vai desempatar

Idade mínima maior para se aposentar é possibilidade

Especialistas apontam que eventuais mudanças em uma nova reforma não igualariam as idades mínimas de aposentadoria para homens e mulheres, mas poderiam aumentar a idade mínima para ambos.

"Uma coisa que o governo está vendo, é que as pessoas estão levando mais tempo para sair da aposentadoria. Estão vivendo mais. Só que, ao mesmo tempo, a gente já tem uma defasagem muito grande de oportunidades de trabalho para profissionais acima dos 60 anos", afirma o economista Fabrício Azevedo.

O advogado especialista em direito previdenciário Christovam Ramos explica que uma eventual nova reforma poderia aumentar a idade mínima para se aposentar em alguns anos, o que dificultaria ainda mais a concessão do benefício.

"Enquanto se fala dessa reforma, na aposentadoria dos militares ninguém toca. Os mais pobres vão pagar novamente pelo desajuste do sistema previdenciário".

A advogada especialista em direito previdenciário Renata Prado explica que historicamente há uma luta

para que não se iguale as idades de aposentadoria, sendo mais provável que o caminho seja aumentar a idade dos dois gêneros.

A advogada especialista em Previdenciário Catarine Mulinari concorda e destaca que a equiparação da idade mínima é um "jabuti" inserido em todas as reformas. "Sempre há uma ala no Congresso que faz mais barulho do que eficácia. A mulher segue deixando o mercado de trabalho para exercer o trabalho do cuidado, então não faria sentido igualar".

ENTENDA

Aumento de 100 bilhões

A **PREVIDÊNCIA Social** terá um aumento de ao menos R\$ 100 bilhões em suas despesas nos próximos 4 anos devido à política de valorização do salário mínimo do governo Lula.

POR CONTA DISSO, no longo prazo, é apontada a necessidade de conter o crescimento das despesas da Previdência para garantir a sobrevivência do novo arcabouço fiscal.

ONTEM, o governo federal elevou para R\$ 28,8 bilhões a projeção do déficit primário em 2024. O déficit primário representa o resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública. O relatório anterior, de maio, previa déficit de R\$ J4.5 bi.

A MINISTRA do Planejamento, Simone Tebet, já defendeu a desvinculação dos benefícios previdenciários como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da correção do salário mínimo. Porém, há resistência do PT e de Lula sobre esse tipo de mudança. Líderes da Câmara avaliam que é preciso iniciar o debate.

Idade mínima

UM DOS PONTOS que poderia ser afetado por uma nova reforma seria a possibilidade de a idade mínima para se aposentar aumentar. Para eles, a tendência é que ambos os gêneros sejam afetados, com adiamento de um a dois anos.

PORÉM um problema apontado é a dificuldade já existente de pessoas acima dos 60 anos em conseguir emprego. Há o risco, portanto, de um profissional nessa faixa etária não conseguir outro trabalho.

Equiparação

OUTRO PONTO citado é a possibilidade de igualar a idade mínima para se aposentar das mulheres com dos homens.

PORÉM, a tendência é que esse ponto não seja concretizado, haja vista o contexto histórico da mulher.

Governo congela mais R\$ 15 bilhões no Orçamento

Brasília - A equipe econômica oficializou, ontem, o congelamento de R\$ 15 bilhões no Orçamento de 2024. A suspensão dos valores consta do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, enviado nesta tarde ao Congresso Nacional.

O congelamento foi necessário para cumprir o novo arcabouço fiscal. As regras aprovadas no ano passado estabelecem que os gastos do governo podem crescer até 70% (em valores acima da **inflação**) do crescimento acima da **inflação** das receitas no ano anterior. O marco fiscal também estabelece meta de resultado primário zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Na última quinta-feira (18), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, antecipou o anúncio do congelamento, em meio à disparada do dólar nas vésperas do envio do relatório. Dos R\$ 15 bilhões a serem suspensos, R\$ 11,2 bilhões serão bloqueados; e R\$ 3,8 bilhões, contingenciados.

Tanto o contingenciamento como o bloqueio representam cortes temporários de gastos. O novo arcabouço fiscal, no entanto, estabeleceu motivações diferentes. O bloqueio ocorre quando os gastos do governo crescem mais que o limite de 70% do crescimento da receita acima da **inflação**. O contingenciamento ocorre quando há falta de receitas que comprometem o cumprimento da meta de resultado primário (resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública).

Teto de gastos - No caso do bloqueio, o arcabouço fiscal estabelece limite de gastos de até R\$ 2,105 trilhões neste ano. As despesas primárias, no entanto, estavam estimadas em R\$ 2,116 bilhões, por causa da alta de gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), com elevação de R\$ 6,4 bilhões, e de R\$ 4,9 bilhões a mais com a **Previdência Social**, por causa de benefícios acima do previsto. Para impedir o estouro do teto de gastos, a equipe econômica bloqueou R\$ 11,2 bilhões.

Por causa da queda de R\$ 13,2 bilhões na receita líquida e do aumento de R\$ 20,7 bilhões na previsão total de gastos, o governo contingenciou R\$ 3,8 bilhões, necessário para alcançar o limite inferior da meta fiscal, que prevê déficit primário de R\$ 28,8 bilhões. Sem a utilização da margem de 0,25% do **PIB**

da banda de tolerância, o governo teria de contingenciar R\$ 32,6 bilhões.

A distribuição dos cortes pelos ministérios só será divulgada no próximo dia 30, quando for publicado um decreto presidencial com os limites de gastos por pasta. Pela legislação, o detalhamento do congelamento deverá ser publicado até oito dias após o envio do relatório ao Congresso.

Histórico - Em março, o governo tinha bloqueado R\$ 2,9 bilhões em gastos discricionários (não obrigatórios) do Orçamento. O bloqueio foi necessário para garantir o cumprimento do limite de gastos do arcabouço fiscal.

Com a aprovação da lei que retomou a cobrança do Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (Dpvat), o governo havia liberado os R\$ 2,9 bilhões em maio. Isso ocorreu porque a lei continha um "jabuti" que liberou R\$ 15,8 bilhões do teto de gastos. A liberação do dinheiro estava prevista no arcabouço fiscal, caso a arrecadação tivesse crescimento acima do previsto. (ABr) %

Revisão de benefícios do INSS atinge 57,7 mil brasileiros

Brasília - A revisão dos benefícios previdenciários proposta pelo governo federal já atingiu 57,7 mil brasileiros. Com o início da checagem por cruzamento de dados, a parcela da população que atualmente recebe o pagamento pode ser diretamente afetada. De acordo com o Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**), a ação já resultou na contenção de R\$ 750,85 milhões de pagamentos indevidos mediante o bloqueio de crédito, a suspensão ou a cessação de benefícios.

Na opinião da advogada especialista em direito previdenciário Marly Marçal, é importante revisar os benefícios para evitar fraudes e manter a saúde econômica e financeira do sistema previdenciário. Mas ela também mostra preocupação com as consequências dessa medida.

"Pela fala do governo, a gente já imagina que muitos benefícios serão cortados, mesmo injustamente. As pessoas ainda continuam incapacitadas e o benefício será cortado. Mas o que o governo espera aí é equalizar as contas públicas para que diminua bastante o gasto com os benefícios pela incapacidade, que aumentou bastante após a pandemia, após a Emenda Constitucional 103", alerta.

A Emenda 103 trata da possibilidade de alterar o sistema de **previdência social** e estabelece regras de transição e disposições transitórias.

O **INSS** informa que somente casos específicos serão encaminhados para passar por perícia médica e apresentação de documentos. Os segurados que forem selecionados para passar pela checagem deverão apresentar os documentos médicos que comprovem a necessidade do recebimento de auxílio-doença.

O advogado especialista em direito previdenciário André Luiz Moro Bittencourt acredita que essa revisão dos benefícios pode trazer um impacto bastante significativo para as contas públicas.

"Há um certo gasto para fazer com que esse programa seja levado a efeito. Há o pagamento de adicionais para que os peritos realizem essas perícias, porque se considera que elas estão fora da rotina cotidiana de trabalho. Então, há um investimento também para que se faça a revisão de benefícios", ressalta.

Segundo Bittencourt, as pessoas que têm a cessação do benefício determinada pela autoridade administrativa após o programa de revisão, podem fazer um recurso administrativo para tentar reativar esse benefício ou 2024também ajuizar demandas.

"A história nos mostra que, em muitos casos em que há a cessação do benefício no programa de revisão, o Judiciário acaba levantando necessidade de reativação. Feito uma perícia judicial, ela acaba constatando que na verdade os problemas persistem e que a pessoa tinha direito a continuar com o benefício. Então pode haver uma redução do número de benefícios no primeiro momento, com um conseqüente aumento na sequência com pedidos de revisão do indeferimento ou até ações judiciais buscando o restabelecimento do benefício", observa.

Reavaliação - O **INSS** destacou que a checagem terá início em agosto, mas ainda não tem recorte por microrregião. Estão previstas reavaliações de auxílio-doença com duração superior a dois anos ou que não tenham data de cessação. Em um segundo momento, serão reavaliadas as aposentadorias por invalidez e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC).

De acordo com o órgão, as checagens devem ocorrer de 2 em 2 anos. Além disso, o **INSS** mantém um programa permanente de monitoramento de benefícios. Com a análise documental de afastamentos médicos de até 180 dias, já foi possível recuar a fila.

Em meio a discussão da checagem dos benefícios, momento em que se faz necessária a atuação de mais profissionais para auxiliar na reavaliação dos pagamentos, servidores do **INSS** entraram em greve por tempo indeterminado. (Brasil 61) %

Longa espera

Theyse Viana theyse.viana@svm.com.br

A espera para conseguir acesso a um benefício previdenciário, já longa, deve aumentar com a greve dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), iniciada nessa terça-feira (16) em todo o Brasil. A paralisação reivindica melhorias salariais, de condições de trabalho e de carreira. Em agências de Fortaleza, os serviços já agendados têm tido atendimento garantido - mas as demandas não marcadas e as solicitações pendentes, que precisam de análise de servidores para seguirem os trâmites, devem ser diretamente prejudicadas.

Elenir Pereira, membro da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho e **Previdência Social** no Estado do Ceará (Sinprece), diz que "alguns serviços não estão funcionando, porque precisam da pessoa operando o sistema", e reforça: "tudo o que precisa de análise, como benefícios e auxílio-doença, está parado".

Uma servidora do **INSS** ouvida pela reportagem nessa quinta-feira (18) destacou que "as demandas espontâneas, como protocolo para pedido de perícia médica, são as mais afetadas" no contexto de greve, o que agrava défi-cits anteriores à paralisação.

"Com férias de alguns servidores e agora a greve, às vezes a pessoa chega por volta das 10h30, por exemplo, e não consegue entrar mais pra resolver, porque já está lotado", ilustra. O atendimento de demandas sem agendamento prévio no **INSS** deve ocorrer, porém, de 7h às 13h.

João Ítalo Pompeu, presidente da Comissão de Direito Previdenciário (CDPrev) da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção Ceará (OAB/ CE), frisa que "o principal impacto é o atraso na análise de benefícios".

"Já temos uma fila grande, sobretudo para benefícios por incapacidade, que envolvem perícia. E vai aumentar ainda mais", pondera. Os peritos do **INSS** não têm o mesmo vínculo que os servidores - portanto, seguem em trabalho normal. A marcação das perícias médicas, contudo, também pode ser afetada. O serviço é fundamental para concessão de benefícios como o "auxílio-doença", atual "benefício por incapacidade temporária"; e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A servidora entrevistada pelo Diário do Nordeste explica que "a fila (para marcação) está inflada, tanto

com público que tem perfil para os benefícios quanto com o que não tem". Para checar quem deve ou não ter o serviço agendada, "é preciso abrir cada processo e avaliar. Pra isso, é preciso ter gente".

O advogado João Ítalo Pompeu acrescenta que "existe a possibilidade de o segurado solicitar o benefício online", já que diversos serviços do **INSS** não exigem mais ida a agências. "O problema é que o pedido não vai ser analisado." Para Vir lane Costa, 32, a espera será exatamente essa: 6 meses. Em março deste ano, ela deu entrada na solicitação de BPC para o filho de 9 anos, que tem Transtorno do Espectro Autista (TEA) - mas a perícia está agendada somente para setembro, "quando tinha vaga".

"Consegui pra agora (julho) a avaliação social. Tô tentando esse benefício por ele, pra ele. Pra levar ele pras terapias, porque vivo pra ele, não tenho como trabalhar. Não tem quem fique com ele", justifica Vir lane.

Uma das etapas para a concessão de benefícios sociais é a avaliação do beneficiário junto ao serviço social do **INSS**.

A dona de casa Telva de Araújo, moradora do município de Acaraú, a cerca de 238 km de Fortaleza, conseguiu o procedimento um pouco mais "rápido": agendou a perícia médica do neto de 7 anos em fevereiro e conseguiu vaga para este mês, em uma agência da capital.

Mesmo com a greve, conseguiu efetivar o serviço. "Tava agendada, eles atenderam. A (avaliação) social é lá na minha cidade, dia 22. Se tá marcada... Espero que atendam", frisa, apreensiva.

Perícias O presidente da CDPrev da OAB/CE afirma que hoje, no Ceará, "nosso grande problema é com as perícias". Segundo João Ítalo, "o índice de atraso aqui é maior do que nos demais estados", o que prejudica diretamente os usuários.

"Se é um benefício por incapacidade, quem pede geralmente está sem trabalhar, por estar doente. E precisa de dinheiro pra se manter, comer e comprar medicamentos. O prazo razoável seria no máximo uma semana. É inadmissível precisar esperar vários meses", opina.

O advogado informa que, por meio do Conselho Federal da OAB, foi aberta uma Ação Civil Pública

(ACP) "pedindo maior celeridade, que a Perícia Federal do **INSS** resolva essa demora. E temos um diálogo interno para encontrar soluções", como acrescentou.

O Diário do Nordeste buscou o **INSS** para saber como fica o funcionamento das agências no período de greve, tanto para demandas espontâneas como para serviços agendados.

Em nota, o instituto informou que "mais de 100 serviços podem ser realizados pela plataforma Meu **INSS**, que tem versão para celular (Android ou iOS), ou pela Central de Atendimento 135, que funciona de segunda a sábado, das 7h às 22h".

O **INSS** lista que serviços como "requerimento, cumprir exigência, solicitar auxílio por incapacidade temporária, entre outros" estão disponíveis online. O instituto não informa como ou quando os pedidos serão analisados.

Em relação às perícias, o **INSS** "orienta aos segurados e seguradas o uso do Atestmed, visando auxílio-doença com afastamento de até 180 dias". O Atestmed é a modalidade que substitui a perícia presencial por análise documental.

Em publicação no site oficial, o **INSS** pontua que "caso não seja possível conceder o benefício pelos documentos médicos ou odontológicos, será indicado ao cidadão que agende uma perícia presencial", e garante que "o benefício não será indeferido com base exclusivamente na análise documental".

Conversão No contexto da greve, porém, a orientação é de que, "nos casos de perícia médica já marcada para benefício por incapacidade temporária, o segurado pode pedir conversão de agendamento de perícia para Atestmed. Para os demais casos, a orientação é reagendar o atendimento", finaliza o instituto.

Em nota, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) informou que apresentou uma nova proposta aos servidores do **INSS**, na terça-feira (16). "Esta foi a quarta reunião realizada pelo ministério junto à categoria", completou o MGI.

Pela atual proposta, segundo o órgão federal, "os servidores terão ganho acumulado de até 28,7%, em quatro anos (2023-2026)". "Na reunião, o governo também se comprometeu com a implementação do Comitê Gestor de Carreiras, previsto em lei". Segundo o Governo Federal, a proposta também prevê "a valorização do vencimento básico; reduzindo a diferença com a Gratificação de Desempenho de Atividades do Seguro Social - GDA-SS, e a criação de

gratificação de atividade em substituição à Gratificação de Atividade Executiva - GAE".

"Se é um benefício por incapacidade, quem pede geralmente está sem trabalhar, por estar doente. E precisa de dinheiro pra se manter, comer e comprar medicamentos. O prazo razoável seria no máximo uma semana. É inadmissível precisar esperar vários meses" "Já temos uma fila grande, sobretudo para benefícios por incapacidade, que envolvem perícia. E vai aumentar ainda mais" João Ítalo Pompeu Presidente da Comissão de Direito Previdenciário (CDPrev) da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção Ceará (OAB/CE)

Site: <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

Pente-fino mira BPC e auxílio-doença

Caroline Nunes e Thaís Barcellos
economia@oglobo.com.br

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) vai incorporar novas ações ao seu programa permanente de revisão de benefícios. No novo pente-fino, que terá início em agosto, os alvos serão benefícios por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) com mais de dois anos de concessão e os assistenciais (BPC/ Loas para idosos a partir de 65 anos e pessoas com deficiência de baixa renda). As revisões passarão por uma checagem de dados e, em caso de indício de irregularidade, os beneficiários deverão comparecer ao **INSS**.

De acordo com o instituto, apesar de o início do programa ser apenas no próximo mês, os beneficiários que solicitam prorrogação do Benefício por Incapacidade Temporária pela Central 135 já estão sendo direcionados para fazer a perícia presencialmente.

A orientação é que levem toda a documentação médica atualizada que justifique o afastamento do trabalho.

Em relação ao BPC/Loas, em caso de inconsistência nas informações após o cruzamento de dados, pessoas que recebem o auxílio serão orientadas a apresentar a documentação para comprovar que se enquadram nos critérios de concessão do benefício assistencial.

Até maio deste ano, o programa de checagem do **INSS** identificou problemas em 57.700 benefícios: 37.325 foram cancelados e 20.375 suspensos.

Esse pente-fino evitou que R\$ 750,85 milhões fossem pagos de forma indevida.

A expectativa é identificar bem mais irregularidades a partir do mês que vem.

CORTE NO ORÇAMENTO Mas o valor economizado ainda é baixo diante das estimativas feitas pelo governo de crescimento de gastos com aposentadorias e BPC.

De acordo com relatório que avalia as receitas e despesas da União, divulgado ontem, houve aumento de R\$ 11,3 bilhões em maio e junho nessas duas modalidades, na comparação com os dois meses anteriores. Os números foram apresentados pelo

Ministério da Fazenda para explicar o corte de R\$ 15 bilhões de orçamento.

Segundo o relatório, as despesas com benefícios da Previdência subiram R\$ 4,9 bilhões, chegando a R\$ 923,1 bilhões no último bimestre.

Já com o BPC, houve uma elevação de R\$ 6,4 bilhões, totalizando gasto de R\$ 111,5 bilhões.

No caso do BPC, o Ministério do Planejamento explicou que a alta se deveu principalmente ao aumento no número de benefícios concedidos no Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social**, além de um aumento na quantidade de requerimentos novos e analisados. O levantamento do governo indicou ainda uma projeção de avanço nas despesas com abono salarial e seguro-desemprego, de R\$ 81,3 bilhões para R\$ 81,6 bilhões.

RELATÓRIO Despesas com aposentadorias e BPC cresceram R\$ 11,2 bilhões em dois meses

OS FATOS

O QUE FAZER EM CASO DE NOTIFICAÇÃO

Processo Quando há processo administrativo de revisão ou de apuração de indícios de irregularidade de benefícios, o titular é notificado e tem até 30 dias para apresentar os documentos pessoais: identidade, CPF, laudos e exames médicos e, se tiver, receitas de medicação de uso contínuo.

.....

Pedido de perícia Perícia médica pode ser agendada pelo site, pelo aplicativo Meu **INSS** ou pelo telefone, na Central 135.

Contato Notificações sobre supostas irregularidades são feitas preferencialmente por rede bancária ou por meio eletrônico. Também podem ser mediante carta registrada, entregue em mãos, ou edital se a pessoa não for localizada.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Requisitos para ter acesso aos benefícios do INSS

Os benefícios, concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), são destinados a diversas categorias de trabalhadores, sejam eles da região urbana ou rural. Observando as atividades oriundas do campo, uma das categorias que chama mais atenção é a de segurado especial.

Para que esse grupo tenha acesso aos benefícios previdenciários, é necessária a comprovação da atividade rural executada, dentro dos critérios legais previstos.

O processo de comprovação, através da apresentação de documentos, pode gerar muitas dúvidas. Para auxiliar na compreensão desse tema, vamos explicar o que define esse tipo de segurado e o que é necessário para ter direito aos benefícios do **INSS**.

SEGURADO ESPECIAL Para se enquadrar nessa classe, o trabalhador precisa exercer sua atividade majoritariamente no campo.

Ela pode ser realizada individualmente, com o auxílio eventual de terceiros, ou em regime de economia familiar, que é quando o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento, tanto social como econômico.

Essa categoria de segurado pode ser subdividida, dependendo da forma em que o trabalho rural é praticado.

Uma dessas subdivisões é o pequeno produtor rural, que pode ser o proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado ou, ainda, aqueles que têm contrato de parceria, meação, comodato ou arrendamento rural.

Também, existe o seringueiro ou extrativista vegetal; o pescador artesanal; os indígenas e, finalmente, os quilombolas. É válido ressaltar que, se o trabalho for feito em regime de economia familiar, a família do segurado, que é a esposa ou marido e o filho maior de 16 anos, solteiro, também são classificados como especiais.

Além de observar a forma que a atividade é praticada, o segurado especial precisa cumprir critérios legais para que os benefícios possam ser concedidos.

"Temos aspectos importantes que devem ser

respeitados.

Por exemplo: no caso de exploração agropecuária, o tamanho da terra não pode ser maior do que quatro módulos fiscais; a utilização de empregados para ajuda na produção não pode ultrapassar a proporção de 120 dias por ano civil e a utilização de matéria-prima não pode vir de outra origem que não for do próprio núcleo familiar", diz Érika Barbosa, chefe do Setor de Administração do Segurado do **INSS**.

Solicitar serviços Os segurados especiais podem solicitar um benefício, através do site ou aplicativo "Meu **INSS**" e da Central de Atendimento do **INSS**, pelo telefone 135, que fica disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h.

Para estar nessa classe, o trabalhador tem exercer a atividade no campo

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12569/23-07-2024.html>

Aumento de gastos com Previdência e BPC impõe congelamento de R\$ 15 bi

A redução na fila de espera do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) aumentou significativamente os gastos com benefícios previdenciários e o BPC (Benefício de Prestação Continuada), resultando em um acréscimo de R\$ 11,3 bilhões nas previsões para este ano. Esse crescimento é a principal causa do congelamento de R\$ 15 bilhões no orçamento de 2024.

O relatório de avaliação de receitas e despesas do terceiro bimestre, divulgado nesta segunda-feira (22), revelou uma piora nas previsões das finanças públicas para este ano. A estimativa de gastos com o BPC, destinado a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, subiu R\$ 6,4 bilhões. Já os gastos com benefícios previdenciários aumentaram R\$ 4,9 bilhões.

O bloqueio total de R\$ 15 bilhões foi anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na última quinta-feira (18), após reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO) com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Do valor total, R\$ 11,2 bilhões serão congelados para compensar o aumento das despesas obrigatórias, como Previdência e BPC. O governo avalia que é pouco provável que essas despesas diminuam até o final do ano, reduzindo as chances de reversão do bloqueio.

Além disso, R\$ 3,8 bilhões serão contingenciados devido à frustração na estimativa de receitas. Esse contingenciamento é necessário para cumprir a meta fiscal, que prevê um déficit máximo de 0,25% do **PIB** (Produto Interno Bruto). A previsão é que, com o contingenciamento, o déficit fique exatamente no limite permitido, de R\$ 28,8 bilhões. No segundo bimestre, a previsão era de um déficit menor, de R\$ 14,5 bilhões.

A arrecadação líquida do governo caiu R\$ 13,2 bilhões, contribuindo para essa deterioração fiscal. Além do aumento dos gastos com benefícios previdenciários, a arrecadação do **INSS** diminuiu R\$ 5,2 bilhões, agravando a situação das contas da **Previdência Social**.

Se o governo conseguir aumentar sua arrecadação até o final do ano, o contingenciamento poderá ser revisto. Segundo Haddad, a antecipação dos valores do relatório visou evitar especulações sobre os números. "Teremos que realizar um contingenciamento de R\$ 15 bilhões para manter o ritmo do cumprimento do

arcabouço fiscal até o final do ano", afirmou o ministro. Além de Haddad, participam da JEO Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), Rui Costa (Casa Civil) e Esther Dweck (Gestão e Inovação).

O secretário de Orçamento Federal substituto, Clayton Montes, explicou que a projeção de poupar R\$ 9 bilhões é possível, porém disse que não tem os números para detalhar a evolução das revisões. Outros R\$ 3,8 bilhões serão contingenciados devido à frustração na estimativa de receitas. Neste caso, o gasto é contido para permitir o cumprimento da meta fiscal, cujo alvo central é um déficit zero, mas permite um resultado negativo de até 0,25% do **PIB** (Produto Interno Bruto). Sem o contingenciamento, o déficit seria de R\$ 32,6 bilhões. Com a trava de R\$ 3,8 bilhões, o governo sinaliza um resultado dentro da margem de tolerância, mas pior do que o projetado no segundo bimestre -quando o déficit era calculado em R\$ 14,5 bilhões. A queda de R\$ 13,2 bilhões

na arrecadação líquida do governo contribuiu para essa deterioração. Parte dessa frustração se deu na arrecadação líquida do **INSS**, que caiu R\$ 5,2 bilhões, piorando as contas da **Previdência Social**.

Diferença

O novo arcabouço fiscal impõe duas regras ao governo: um limite de gastos e uma meta de resultado primário (a diferença entre receitas e despesas, excluindo o serviço da dívida pública). Durante o ano, conforme mudam as projeções econômicas e as necessidades dos ministérios, o governo pode precisar ajustar o orçamento para cumprir essas regras. Quando há aumento nas despesas obrigatórias, é necessário realizar um bloqueio de despesas discricionárias para garantir espaço no orçamento. Já quando há uma perda de arrecadação, o governo deve efetuar um contingenciamento para manter a meta fiscal.

Site: https://oestadoce.com.br/digital/23-07-2024-edicao-24877/#google_vignette

Projeção de déficit do governo para este ano sobe para R\$ 28,8 bilhões

Depois de anunciar um congelamento de despesas de R\$ 15 bilhões na última semana, o governo federal piorou a projeção de déficit para 2024 ontem. Agora, a estimativa é de que as contas públicas fechem o ano no vermelho em R\$ 28,8 bilhões - no piso do intervalo de tolerância da meta fiscal (o centro da meta seria déficit zero).

O alvo perseguido pelo governo tem uma margem de tolerância de 0,25% do **PIB**, para cima e para baixo. O déficit de R\$ 28,8 bilhões, portanto, é o limite inferior para o seu cumprimento.

As despesas primárias foram revistas para cima em R\$ 20,7 bilhões, enquanto as receitas foram cortadas em R\$ 6,4 bilhões.

Sem o contingenciamento da última semana, de R\$ 3,8 bilhões (também houve bloqueios de R\$ 11,2 bilhões), o déficit estimado seria de R\$ 32,6 bilhões - o que levaria ao descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Com o corte, a equipe econômica mirou o piso da banda permitido pela legislação.

Pelo lado das despesas, os gastos obrigatórios foram vistos para cima em R\$ 29 bilhões, enquanto os discricionários - não obrigatórios, como custeio e investimentos - foram vistos para baixo em R\$ 8,3 bilhões. A principal mudança aconteceu com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que saltou R\$ 6,4 bilhões. Logo em seguida, vieram as despesas com a Previdência, com mais R\$ 4,9 bilhões.

"O bloqueio realizado nas despesas discricionárias, de R\$ 8,3 bilhões, ocorre em função do aumento dos gastos obrigatórios", afirmou o secretário adjunto de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Clayton Luiz Montes.

Também houve aumento de R\$ 1 bilhão na projeção de despesas com pessoal e encargos sociais, de R\$ 800 milhões em complementação do Fundeb e de R\$ 100 milhões com o programa Proagro. Em créditos extraordinários, houve aumento de R\$ 14,2 bilhões, em virtude das medidas de socorro ao Rio Grande do Sul. Essa despesa, contudo, não é contabilizada no cumprimento da meta.

AVALIAÇÃO

Na visão da equipe econômica, os gastos continuam controlados, em 19,4% do **PIB** - pouco acima da média de 19,2% do **PIB**, entre 2015 e 2023, excluindo o ano de 2020, da pandemia.

"Quando a gente olha a evolução das despesas primárias, no valor total, ao longo dos anos, na série histórica, vemos que ela se mantém sob controle, no patamar de 19,4% do **PIB**. A média é de 19,2% do **PIB**", disse Montes.

"Qualquer resultado dentro da banda significa sim o cumprimento da meta, ainda que seja no limite da banda", disse o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

O governo aumentou em R\$ 11,7 bilhões a projeção de despesas para 2024 com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e despesas da **Previdência Social**.

Essa alta levou a equipe econômica a realizar um bloqueio de R\$ 11,2 bilhões em despesas obrigatórias no Orçamento deste ano, como adiantou na semana passada o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Os gastos com o BPC saltaram R\$ 6,4 bilhões, conforme o 3º relatório de Avaliação Bimestral de Receitas e Despesas, apresentado ontem, em relação ao anterior, divulgado em maio. Já os gastos com Previdência subiram R\$ 4,9 bilhões, alcançando R\$ 927 bilhões.

"No caso do BPC, a principal razão pelo crescimento foi o aumento da quantidade de requerimentos novos analisados", disse o secretário adjunto de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Clayton Luiz Montes.

"Temos variação com BPC de R\$ 6,4 bilhões, e Previdência de R\$ 5,3 bilhões, totalizando um acréscimo de R\$ 29 bilhões (nas despesas obrigatórias)." O relatório justifica o aumento na projeção de gastos previdenciários como "decorrência de mudanças de fluxos internos e comportamentos inesperados de entrada de pedidos".

O governo também ampliou as renúncias previstas com a arrecadação da **Previdência Social**, em razão da desoneração das folhas de pagamentos dos

municípios - houve uma redução de R\$ 5,2 bilhões na previsão de arrecadação.

Como mostrou o Estadão, o BPC rompeu a casa dos R\$ 100 bilhões pela primeira vez em março deste ano e subiu para R\$ 103 bilhões em maio. A média mensal nos pedidos pelo benefício cresceu 40% nos seis primeiros meses deste ano em comparação a 2023.

Na visão da equipe econômica, os gastos continuam controlados, em 19,4% do **PIB**

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Entenda o aumento de gastos com o BPC, que levou o governo a cortar despesas em outras áreas

Após um aumento de apenas 130 mil beneficiários entre janeiro de 2019 e maio de 2022, o número de pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada cresceu em mais de 1,1 milhão nos últimos dois anos, apontam dados do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social. O maior volume da concessão do BPC, como é conhecido, é apontado como uma das causas do bloqueio orçamentário que o governo federal precisou fazer.

Os números apontam que foi a partir de junho de 2022, quatro meses antes da eleição presidencial, que o número de concessões mudou sua tendência. O BPC é um benefício concedido a pessoas com deficiência ou idosas que não possuem meios de garantir a sua própria manutenção nem de tê-la provida por sua família, de acordo com o ministério. Esse valor é concedido independentemente do tempo de contribuição para a Previdência.

Em maio de 2022, o total de beneficiários do BPC era de 4,7 milhões. Em maio deste ano, é de 5,9 milhões. Como padrão de comparação, três anos antes, em janeiro de 2019, esse número era de 4,6 milhões de pessoas.

As concessões podem ser dadas pelas vias administrativa ou judicial, isto é, quando determinadas por algum Tribunal após a apresentação de ações. Os números apontam que as concessões administrativas se mantiveram em patamar inalterado entre 2019 e 2022, e vem aumentando consistentemente desde então. Já a concessão judicial já vinha aumentando desde 2019, mas também se acelerou a partir de 2022.

No caso das concessões determinadas pelo Judiciário, por exemplo, em 2019, 469 mil dos beneficiários tinham obtido o pagamento dessa forma, valor que chegou a 573 mil em maio de 2022, um aumento de 22%. Em maio deste ano, foi a 776 mil, um crescimento de 35% em dois anos.

Essa aceleração ocorreu principalmente com uma atuação da Justiça para garantir o direito a pessoas com deficiência. Atualmente, 658 mil beneficiários com alguma deficiência obtiveram o benefício por meio de

alguma ação judicial, enquanto 117 mil idosos conseguiram dessa forma.

Por outro lado, a concessão administrativa incluiu de forma praticamente idêntica pessoas com deficiência e idosos. Atualmente, 2,6 milhões conseguiram o benefício administrativamente, sem necessidade de processo judicial, por se enquadrarem como pessoas com deficiência. Da mesma forma, 2,5 milhões de idosos também adquiriram o benefício pela via tradicional.

Diversos motivos explicam a concessão administrativa para pessoas com deficiência, mas a maior parte dos casos são explicados por autismo, transtornos globais do desenvolvimento, retardo mental moderado, esquizofrenia paranoide e acidente vascular cerebral, segundo as definições do **INSS**.

Segundo dados do **INSS**, o gasto com o auxílio no primeiro semestre de 2024 atingiu R\$ 44,076 bilhões, alta de 19,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já o número de concessões do benefício deu um salto de 40% no período, saindo de 786.087 em 2023 para 1,105 milhão.

O aumento desse tipo de gasto com BPC e com benefícios previdenciários, como aposentadoria e auxílio doença, por exemplo, obrigou o governo a fazer um bloqueio de R\$ 11,3 bilhões no Orçamento de 2024 para evitar o descumprimento das regras fiscais. O tamanho do congelamento que chegará a R\$ 15 bilhões vai afetar toda a administração pública, segundo técnicos da equipe econômica. Os detalhes sobre as áreas mais atingidas serão divulgados no fim deste mês.

Os números mostram ainda que no atual governo as concessões de BPC para pessoas com deficiência (PCD) crescem acima do número do auxílio para idosos. No primeiro semestre de 2022, foram concedidos 463.189 auxílios para PCDs, contra 862.268 no primeiro semestre de 2024.

Em relação aos idosos, as concessões de BPC passaram de 183.877 no primeiro semestre de 2022 para 243.146 no mesmo período deste ano. Na

comparação entre os semestres, a alta foi de 32,23%.

Um dos motivos para a alta das despesas com o BPC é a política de reajuste do salário mínimo, ressuscitada no atual governo, que considera o crescimento da economia, mais a **inflação**. Outro fator apontado por especialistas é o alto índice de judicialização para obter o benefício. Para contornar esse problema, o governo passou a aprovar o BPC para beneficiários com renda de até meio salário mínimo por pessoa da família, em casos específicos. Pela legislação, são elegíveis pessoas com renda de até um quarto do salário mínimo.

Outra alteração foi uma lei aprovada em 2020 que autorizou o pagamento do BPC para até duas pessoas por famílias. Antes, apenas uma tinha direito ao auxílio.

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) cita ainda o aumento do reconhecimento do BPC para pessoas com autismo. Contudo, a lei só autoriza o benefício em casos graves da doença.

Para o especialista e ex-presidente do **INSS** Leonardo Rolim, mesmo considerando todas as variáveis, é preciso apurar a ocorrência de fraudes e pagamento indevidos. Apesar do rápido processo de envelhecimento da população, o que empurra as pessoas sem contribuição para o **INSS** para a fila do BPC e maior conscientização dos casos de autismo, não houve mudança significativa no perfil demográfico em tão curto espaço de tempo, explicou Rolim.

- O crescimento no número de requerimentos de BPC, tanto de pessoas com deficiência quanto de pessoas idosas, bem como de concessões de benefícios tão elevado não pode ser explicado pelo envelhecimento da população nem pelo aumento do número de pessoas com deficiência, muito menos pela evolução da pobreza. Em 2020 tivemos um aumento similar nas concessões do Seguro-defeso e após realizar diversos cruzamentos de dados, concluiu-se que grande parte desse incremento era derivado de fraudes cibernéticas - disse Rolim.

Janeiro de 2019: 4.638.591

Maio de 2022 : 4.769.445

Maio de 2024: 5.956.798

Janeiro de 2019: 4.169.501

Maio de 2022: 4.195.915

Maio de 2024: 5.180.507

Janeiro de 2019: 469.090

Maio de 2022: 573.530

Maio de 2024: 776.291

Administrativa PCD

Maio de 2022: 2.124.919

Maio de 2023: 2.334.600

Maio de 2024: 2.644.620

Administrativa Idoso

Maio de 2022: 2.070.996

Maio de 2023: 2.316.094

Maio de 2024: 2.535.887

Judicial PcD

Maio de 2022: 473.678

Maio de 2023: 532.202

Maio de 2024: 658.873

Judicial Idoso

Maio de 2022: 99.852

Maio de 2023: 106.285

Maio de 2024: 117.418

2022: R\$ 34 bilhões

2023: 36,7 bilhões

2024: 44 bilhões

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/07/23/entenda-o-aumento-de-gastos-com-o-bpc-que-levou-o-governo-a-cortar-despesas-em-outras-areas.ghtml>

Investimento baixo deixa país entre os 20 piores do mundo

Anaís Fernandes De São Paulo

Depois de algum respiro nos últimos anos, sobretudo em 2021 e 2022, a taxa de investimento do Brasil a partir de 2024 deve se estabilizar em uma faixa entre 15% e 16% do **PIB** até 2029, levando o país de volta ao "top 20" das piores taxas entre cerca de 170 nações para as quais o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem estimativas.

Segundo o FMI, o Brasil deve fechar 2024 com uma taxa de investimento de 15,9% do **PIB**, a 20a pior entre os países analisados. Em 2029, com uma taxa de 15,4%, o país seria o 19o pior, vindo da 18a posição em 2028. É menos que as projeções do FMI para a América Latina (19,7%) e emergentes em geral (32,4%) em 2029.

No ano passado, com uma taxa de 16,1%, o Brasil era o 24o pior.

Em 2021 e 2022, na esteira de recuperação da pandemia, as taxas foram de 19,5% e 18,1%, respectivamente, deixando o Brasil na 46a e na 34a piores posições, pela ordem.

Desde 2010, a marca menos ruim do país foi o 72o lugar em 2011, com uma taxa de investimento de quase 22% do **PIB**.

Apenas 9% dos países analisados pelo FMI teriam uma Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, medida para os investimentos no **PIB**) no médio-longo prazo pior que a do Brasil, observa Francisco Pessoa Faria, economista sênior da LCA Consultores.

Economistas ponderam que uma taxa ao redor de 15% do **PIB** para o Brasil, como projetado pelo FMI, é bem baixa e perto das mínimas históricas, que rodavam em 14,5% em 2016 e 2017, na saída da recessão iniciada em 2014. Números entre 17% e 19%, dizem, parecem mais razoáveis.

Faria pondera também que os números globais têm sido distorcidos pela China. Nas projeções do FMI, a média das taxas de investimento para o mundo deste ano até 2029 é de 26,8%, mas cai para 23,5% sem considerar o gigante asiático, segundo Faria.

O mesmo vale para os emergentes, com a média

passando de 32% para 26%. "A nossa comparação com o mundo é feita, mas não tão feita quanto parece, porque a China está distorcendo todos os dados", diz Faria.

Ainda assim, supondo uma projeção de 18% por parte do FMI, o Brasil ficaria entre o grupo de 20% de países com menor taxa de investimento, segundo Faria. "Ficaria no último quintil, e não tem perspectiva de isso mudar", afirma.

Existe "uma escada de problemas no Brasil que leva a investimento mais baixo e crescimento **DIVULGAÇÃO** menor a longo prazo", diz Felipe Camargo, economista sênior para mercados emergentes da consultoria Oxford Economics.

Sua projeção de médio-longo prazo para a taxa de investimento do Brasil gira entre 18% e 19% do **PIB**. Olhar para a média histórica ajuda nas estimativas, segundo ele, porque a taxa tende a verter para a média ao longo do tempo.

A média brasileira é de 18,9% do **PIB**, nas estimativas da Oxford.

Entre 20 países emergentes analisados pela consultoria, essa média só é maior que a de Colômbia (17,9%), Argentina (17,9%), Egito (17,2%) e África do Sul (15,1%) e está atrás, por exemplo, de Índia (30%), Turquia (23,6%), México (22,2%), Peru (21,9%) e Chile (21,7%). E mesmo que, na média, o Brasil esteja à frente da Colômbia, até 2030 a Oxford projeta uma taxa de investimento de 21,2% para o vizinho, ante 18,7% para o Brasil.

A taxa de investimento é, segundo Camargo, reflexo da taxa de poupança do país, mas também da conta corrente (resultado das trocas comerciais, de serviços e de rendas entre residentes e não residentes no país). "Se a conta corrente é deficitária - e no Brasil e em vários emergentes ela é -, é como se adicionasse um pouco mais para o que o país tem de poupança interna para investir." O Brasil, no entanto, pega pouco dinheiro emprestado do resto do mundo, observa Camargo. "Quando não se poupa tanto domesticamente, é preciso consumir recursos de fora. Colômbia, Chile, Peru são países que também não poupam tanto e importam bem mais." Para Camargo, o Brasil poderia ter um déficit em conta corrente

ligeiramente maior, que consumiria um pouco mais das reservas internacionais, mas ainda se manteria saudável. "As reservas brasileiras são muito elevadas", afirma.

Apesar do bom volume de reservas, melhor até do que em alguns dos países citados por Camargo, o câmbio brasileiro é mais depreciado do que deveria, por causa, por exemplo, da situação fiscal e da nota de crédito (rating) piores do Brasil, diz o economista da Oxford.

"Como consequência, importamos bem menos bens de capital. O Brasil não tem condições de produzir a tecnologia domesticamente, aí, fica para trás." Para Camargo, outro fator que ajuda a explicar a diferença de taxa de investimento entre os países é a carga tributária. "Muito do investimento que qualquer país faz vem das firmas. Se você taxa mais e é mais caro para as empresas operarem, elas têm uma margem menor e tendem a investir menos", diz.

No Brasil, a relação de importação com investimento é mais fraca, observa. A "desconfiança" de Camargo é que o país importa menos também porque o ICMS incide sobre o imposto de importação. "A base de cálculo do ICMS é péssima para quem compra navio, máquinas e equipamentos etc. de fora e traz para cá, porque além de pagar um imposto de importação elevadíssimo, ainda paga uma alíquota de ICMS em cima desse valor." Embora a **reforma tributária** não altere a carga geral de **impostos** no Brasil, esse último ponto, diz Camargo, está mais bem endereçado.

"A simplificação tributária que reduz imposto em cima de imposto, certamente, vai ajudar o Brasil a investir um pouco mais", afirma. As empresas, diz, podem aumentar suas margens e ficar mais produtivas. "Elas ficam mais voltadas para a sua operação fim e podem comprar máquinas e equipamentos em vez de contratar um batalhão de pessoas para analisar nota fiscal." Sem um ajuste fiscal no gasto, no entanto, fica mais difícil cortar **tributos**, aponta o economista. "E esse é o equilíbrio atual. São necessárias medidas para amarrar políticas públicas que endereçassem essa necessidade ", afirma.

Para Ernesto Revilla, economista- chefe para América Latina do Citi, as baixas taxas de investimentos que o Brasil tem registrado são "consequência da "ressaca" da contração profunda" que o país viveu em 2015 e 2016.

"Depois, veio a pandemia e o Brasil sofreu com baixa demanda.

Então, nos últimos oito anos, mais ou menos, o Brasil

está em um círculo vicioso em que não há crescimento forte porque não tem investimento suficiente, mas não tem investimento suficiente porque não há crescimento forte", afirma.

Quebrar esse círculo depende, segundo Revilla, de o Brasil continuar trabalhando dois pilares: fortalecer os fundamentos macroeconômicos, sobretudo fiscal, para dar confiança a investidores de longo prazo e criar uma narrativa de orientação de crescimento para o futuro, de modo que haja confiança nos setores de que eles serão capazes de recuperar os benefícios dos investimentos feitos.

"Esse é um grande problema na economia da América Latina. Toda vez que tem uma mudança de governo, há uma mudança nas políticas, e incerteza é uma das coisas de que investidores de longo prazo não gostam", afirma.

Já a sustentabilidade fiscal é condição para desenvolvimento forte e sustentável - ainda que só isso não seja suficiente, pondera Revilla. "O temor é que uma trajetória crescente da dívida puxe as taxas de juros, e juro alto é inimigo de investimentos", diz, acrescentando que "regras do jogo" estáveis e bom ambiente regulatório também são necessários.

Na avaliação de Revilla, o Brasil ainda tem um dos maiores potenciais entre países da região e emergentes para atrair investimentos no médio-longo prazo.

"O Brasil tem uma economia diversificada, o que ajuda muito nesse novo ambiente global mais complexo, em que as cadeias de suprimento estão se reconfigurando", afirma. "O México, por exemplo, também está muito bem posicionado geograficamente, mas, infelizmente, agora há incerteza crescente depois das eleições lá." Menos otimista, Faria, da LCA - que conduziu um estudo publicado no Valor comparando a taxa de investimento do Brasil com países da OCDE - diz que a nossa maior diferença está em construção e nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

"E não parece que haja nada muito diferente que permita a gente avançar muito nesses dois setores no próximos anos." Além das taxas de juros, que devem continuar elevadas, segundo Faria, o governo tem pouca capacidade de atuação.

"Olhando para países da OCDE e separando investimento de governo e de não governo - empresas, inclusive aquelas não dependentes, como Petrobras, e famílias -, claramente a participação do governo no **PIB** piorou muito nos últimos anos. É muito difícil chegar em uma taxa de investimento perto da de outros países sem uma recuperação da capacidade de

investimento do Estado", afirma.

O problema, diz Faria, é que também "não há nenhum sinal de que isso vá acontecer". Todas as projeções indicam que a dívida do país em relação ao **PIB** vai continuar crescendo, observa. "A sociedade definiu que vai ter uma assistência social grande - e isso é bom, não é necessariamente ruim -, mas de onde vai sobrar dinheiro para o governo investir mais? Não vai, principalmente em um país em que todo mundo quer mais gasto, mas ninguém quer pagar. Não vai fechar a conta", afirma.

Faria também diz que há perda de incentivos ("enforcement") para execução mais adequada dos gastos; "grandes distorções" como no salário do Judiciário e nas aposentadorias de militares; baixa perspectiva de melhora na produtividade da mão de obra, inclusive pelos efeitos que a covid-19 terá na formação desses futuros trabalhadores, e possibilidade limitada de o país realizar muito mais Parcerias Público-Privadas (PPPs).

"Meu cenário de hoje para o Brasil é que, se mantiver como é, está até bom, porque o crescimento vai ser baixo, não tem perspectiva", afirma.

"Participação do governo no **PIB** piorou muito nos últimos anos" Francisco Faria

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187935?page=1§ion=1>

Lira recomenda a Haddad encarar controle de gastos

CONSELHO POLÍTICO O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), tem sido aconselhado a investir em temas que tratem do controle e redução de gastos públicos, deixando de lado o discurso do aumento das receitas.

Segundo apurou o Estadão, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse ao ministro que ninguém mais aguenta ouvir falar em arrecadação e que há espaço para discutir o fim da correção automática dos benefícios sociais junto com o salário mínimo.

O debate sobre o aumento da arrecadação transbordou a esfera política com a proliferação de memes e piadas nas redes sociais se referindo ao ministro como "Taxadd".

Há fadiga também entre parlamentares, e a avaliação é de que não se trata de uma ressaca apenas da "taxação das blusinhas", como foi apelidada a tributação de compras em sites asiáticos, mas também das investidas da equipe econômica na limitação de créditos do PIS/Cofins de grandes empresas e na **reforma tributária**. Por isso, Haddad está sendo aconselhado pelo presidente da Câmara a mudar a pauta.

A alternativa, porém, enfrenta dificuldades dentro do próprio governo, com manifestações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) contra a revisão de gastos que tratem de benefícios sociais e da Previdência.

Em maio, quando a ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), falou em discutir a correção automática de benefícios sociais bancados pela Previdência que são atrelados ao reajuste do salário mínimo, Haddad se apressou em dizer que o assunto não estava na pauta do governo.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Desoneração da folha ainda gera impasse no Congresso

Na volta do Congresso após o recesso de 15 dias, a partir de 5 de agosto, o Governo Lula vai priorizar o projeto da desoneração da folha para 17 setores da eco-

nomia e municípios com até 156,2 mil habitantes. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tentou acabar com o benefício fiscal tanto ao vetar, em 2023, o projeto que prorrogava o dispositivo (veto que foi posteriormente derrubado pelo Congresso) quanto pelo envio da medida provisória 1.202, que revogava a desoneração e acabou sendo desidratada.

Impasse

Entre idas e vindas de acordos, o impasse agora está em como compensar a isenção. Por conta do recesso, essa negociação ficou escanteada - como no caso da PEC da autonomia do Banco Central e da proposta da dívida dos Estados. O único projeto praticamente resolvido é o da regulamentação da **reforma tributária**. No primeiro semestre, o governo conseguiu aprovar a volta do "Dpvat", reformulado com um novo nome (Spvat, que significa Seguro Obrigatório para Vítimas de Acidentes de Trânsito).

Incluiu no projeto um trecho para alterar o marco fiscal e antecipar um crédito de R\$ 15,7 bilhões, em uma vitória para Lula. No caso da desoneração, o presidente teve sua mais significativa derrota na área econômica. Pretendia voltar a cobrar imposto dos 17 setores e dos municípios pequenos, mas não conseguiu.

Reforma

A Câmara aprovou em 10 de julho o texto principal de regulamentação da **reforma tributária**, o PLP (Projeto de Lei Complementar) 68 de 2024. O texto trata da unificação dos **impostos** para a criação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), para compor o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) dual.

Ainda falta aprovar o PLP 108, que trata do Comitê Gestor. A proposta, que tem mais consenso entre os deputados, deve ser votada de 12 a 14 de agosto, segundo o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O texto principal passou na Câmara depois de um pedido constitucional feito pelo governo. O dispositivo

determina que cada Casa deve analisar o projeto em até 45 dias.

Líderes

O texto está agora no Senado. No entanto, os líderes querem promover um debate mais amplo. Eles reclamam da celeridade com que os deputados aprovaram um relatório com cerca de 400 páginas. Ainda durante a votação dos destaques na Câmara, isto é, sugestões ao projeto, havia o imbróglio em incluir as carnes no rol de alimentos com 100% de isenção tributária. Lula era a favor, mas Fernando Haddad era contra. Preferia ampliar o cashback para a população mais pobre.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/wchv/#p=1>

Reforma Tributária e o desmatamento do Cerrado e da Amazônia

Opinião

Cesar Victor do Espírito Santo - Engenheiro florestal e conselheiro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), representando a sociedade civil da Região Centro-Oeste

A Câmara dos Deputados aprovou, neste mês, o Projeto de Lei da **Reforma Tributária**, que, agora, segue para o Senado Federal. Infelizmente, não se considerou uma estratégia para, por meio dessa reforma, frear o desmatamento dos dois maiores biomas brasileiros - a Amazônia e o Cerrado -, bem como a emissão de gases do efeito estufa. Mais de 70% das emissões nacionais de gases de efeito estufa são provenientes das atividades agropecuárias caracterizadas, principalmente, por: gás carbônico (CO₂), emitido pelo desmatamento, mudança no uso da terra e queimadas; metano, que é 30 vezes mais poderoso do que o CO₂ e emitido pelo processo digestivo do gado (2/3 do metano é liberado pelo gado); e óxido nitroso, que é 300 vezes mais poderoso do que o CO₂ e emitido pelos nitratos de fertilizantes artificiais que reagem com o oxigênio do ar e, também, pela decomposição do nitrogênio no esterco e na urina do gado.

As renúncias fiscais concedidas ao agronegócio, especialmente para a produção de carne e de soja, são os principais indutores do contínuo desmatamento desses biomas. Com a **Reforma Tributária** aprovada na Câmara dos Deputados, isso será mantido e expandido, em função da alíquota zero para quem comercializa carne e de alíquotas reduzidas para os produtores agropecuários. As alíquotas para a aquisição e importação de insumos agrícolas, como agrotóxicos (inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas e outros venenos), sementes, adubos, calcário, ureia, rações, entre outros, têm redução de alíquotas em 60%.

O Brasil deixa de arrecadar anualmente bilhões de reais com essas concessões que induzem o desmatamento e permanece como um exportador de matérias-primas, especialmente commodities agrícolas. Dessa forma, mantêm-se como um país subdesenvolvido, considerando que está em 89º lugar entre todas as nações do mundo no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) calculado pela ONU, apesar de possuir a oitava economia global (**PIB**),

caracterizando-se como um país de grandes desigualdades e concentrador de renda.

O Brasil é o maior exportador de carne e de grãos de soja do mundo, e o consumo só tende a aumentar. Ou seja, podemos dizer que, para cada cabeça de gado abatida para o consumo, uma parte da Amazônia está sendo desmatada, e, para cada saca de soja produzida, uma parte do Cerrado é destruída. Se não houver estratégias inteligentes na concessão de incentivos fiscais, vamos continuar assistindo à destruição do Cerrado e da Amazônia de forma legal e incentivada.

O que se verificou na discussão e nas audiências públicas sobre o projeto da **reforma tributária** foram lobbies de todos os segmentos da economia para garantir isenções para os seus setores, sem estratégias adequadas frente aos impactos ao meio ambiente. O que não se viu, ou não teve repercussão, foram lobbies relacionados aos incentivos que levem à proteção dos biomas - seja pela bancada parlamentar ambientalista, que não sei o que de concreto conseguiu nos últimos anos, seja da própria sociedade civil organizada, que, nos últimos tempos, anda meio desorganizada e desmobilizada.

Mas, o que poderia ser feito em termos da **Reforma Tributária** sem prejudicar o setor agropecuário e frear o avanço da fronteira agrícola nesses biomas? Algo simples e direto seria a não concessão de qualquer tipo de incentivo para quem pretende desmatar novas áreas para produzir. Apenas nas áreas já consolidadas seriam mantidos os incentivos, sendo que, no caso da carne, poderia se pensar em conceder incentivo de alíquotas zero, prevista para produtos da cesta básica, apenas para o que for consumido no mercado interno. O que for exportado de carne não teria essa alíquota zero.

No caso dos agrotóxicos, poderia ser prevista a inclusão de critérios de toxicidade na tributação, sendo que os mais tóxicos pagariam mais, por meio do imposto seletivo. Em contrapartida, poderiam ser concedidos incentivos aos bioinsumos. Também poderiam ter incentivos mais representativos os produtos oriundos da produção sustentável da biodiversidade de todos os biomas que mantêm a vegetação em pé, como castanhas em geral, frutos, entre outros.

Além disso, pode-se estimular a recuperação de áreas de vegetação nativa nas propriedades que necessitam recompor suas reservas legais e áreas de preservação permanente e, ainda, incentivar de forma mais forte os proprietários de terras que mantenham áreas de vegetação nativa além do que é previsto no Código Florestal por meio de pagamentos por serviços ambientais proporcionados pela natureza, como água, biodiversidade, polinização, controle biológico de pragas e doenças, fundamentais para o setor agropecuário.

Muita coisa pode ser feita em benefício da natureza com a **Reforma Tributária**. Espera-se que, no Senado, possa haver uma discussão mais aprofundada sobre essa questão e que sejam previstos incentivos e/ou desincentivos com o objetivo de proteger nossos ricos biomas e frear o desmatamento da Amazônia e do Cerrado.

Cesar Victor do Espírito Santo - Engenheiro florestal e conselheiro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), representando a sociedade civil da Região Centro-Oeste

A Câmara dos Deputados aprovou, neste mês, o Projeto de Lei da **Reforma Tributária**, que, agora, segue para o Senado Federal. Infelizmente, não se considerou uma estratégia para, por meio dessa reforma, frear o desmatamento dos dois maiores biomas brasileiros - a Amazônia e o Cerrado -, bem como a emissão de gases do efeito estufa. Mais de 70% das emissões nacionais de gases de efeito estufa são provenientes das atividades agropecuárias caracterizadas, principalmente, por: gás carbônico (CO₂), emitido pelo desmatamento, mudança no uso da terra e queimadas; metano, que é 30 vezes mais poderoso do que o CO₂ e emitido pelo processo digestivo do gado (2/3 do metano é liberado pelo gado); e óxido nitroso, que é 300 vezes mais poderoso do que o CO₂ e emitido pelos nitratos de fertilizantes artificiais que reagem com o oxigênio do ar e, também, pela decomposição do nitrogênio no esterco e na urina do gado.

As renúncias fiscais concedidas ao agronegócio, especialmente para a produção de carne e de soja, são os principais indutores do contínuo desmatamento desses biomas. Com a **Reforma Tributária** aprovada na Câmara dos Deputados, isso será mantido e expandido, em função da alíquota zero para quem comercializa carne e de alíquotas reduzidas para os produtores agropecuários. As alíquotas para a aquisição e importação de insumos agrícolas, como agrotóxicos (inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas e outros venenos), sementes, adubos, calcário, ureia, rações, entre outros, têm redução de

alíquotas em 60%.

O Brasil deixa de arrecadar anualmente bilhões de reais com essas concessões que induzem o desmatamento e permanece como um exportador de matérias-primas, especialmente commodities agrícolas. Dessa forma, mantém-se como um país subdesenvolvido, considerando que está em 89º lugar entre todas as nações do mundo no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) calculado pela ONU, apesar de possuir a oitava economia global (**PIB**), caracterizando-se como um país de grandes desigualdades e concentrador de renda.

O Brasil é o maior exportador de carne e de grãos de soja do mundo, e o consumo só tende a aumentar. Ou seja, podemos dizer que, para cada cabeça de gado abatida para o consumo, uma parte da Amazônia está sendo desmatada, e, para cada saca de soja produzida, uma parte do Cerrado é destruída. Se não houver estratégias inteligentes na concessão de incentivos fiscais, vamos continuar assistindo à destruição do Cerrado e da Amazônia de forma legal e incentivada.

O que se verificou na discussão e nas audiências públicas sobre o projeto da **reforma tributária** foram lobbies de todos os segmentos da economia para garantir isenções para os seus setores, sem estratégias adequadas frente aos impactos ao meio ambiente. O que não se viu, ou não teve repercussão, foram lobbies relacionados aos incentivos que levem à proteção dos biomas - seja pela bancada parlamentar ambientalista, que não sei o que de concreto conseguiu nos últimos anos, seja da própria sociedade civil organizada, que, nos últimos tempos, anda meio desorganizada e desmobilizada.

Mas, o que poderia ser feito em termos da **Reforma Tributária** sem prejudicar o setor agropecuário e frear o avanço da fronteira agrícola nesses biomas? Algo simples e direto seria a não concessão de qualquer tipo de incentivo para quem pretende desmatar novas áreas para produzir. Apenas nas áreas já consolidadas seriam mantidos os incentivos, sendo que, no caso da carne, poderia se pensar em conceder incentivo de alíquotas zero, prevista para produtos da cesta básica, apenas para o que for consumido no mercado interno. O que for exportado de carne não teria essa alíquota zero.

No caso dos agrotóxicos, poderia ser prevista a inclusão de critérios de toxicidade na tributação, sendo que os mais tóxicos pagariam mais, por meio do imposto seletivo. Em contrapartida, poderiam ser concedidos incentivos aos bioinsumos. Também poderiam ter incentivos mais representativos os produtos oriundos da produção sustentável da

biodiversidade de todos os biomas que mantêm a vegetação em pé, como castanhas em geral, frutos, entre outros.

Além disso, pode-se estimular a recuperação de áreas de vegetação nativa nas propriedades que necessitam recompor suas reservas legais e áreas de preservação permanente e, ainda, incentivar de forma mais forte os proprietários de terras que mantenham áreas de vegetação nativa além do que é previsto no Código Florestal por meio de pagamentos por serviços ambientais proporcionados pela natureza, como água, biodiversidade, polinização, controle biológico de pragas e doenças, fundamentais para o setor agropecuário.

Muita coisa pode ser feita em benefício da natureza com a **Reforma Tributária**. Espera-se que, no Senado, possa haver uma discussão mais aprofundada sobre essa questão e que sejam previstos incentivos e/ou desincentivos com o objetivo de proteger nossos ricos biomas e frear o desmatamento da Amazônia e do Cerrado.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2024/07/69/03708-reforma-tributaria-e-o-desmatamento-do-cerrado-e-da-amazonia.html>

Taxad ? Afinal, os brasileiros estão pagando mais ou menos impostos?

Taxad , Taxador de Promessas , Zé do Taxão , o profeta Nostaxamus , o super-herói Taxa Humana , o navegador Pero Vaz de Taxinha .

A internet foi inundada nos últimos dias com memes sobre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad , com piadas que o acusam de elevar **impostos** .

Os memes fazem trocadilhos com filmes e personagens famosos, sempre retratando o ministro como um político com fúria arrecadatória , determinado a cobrar **impostos** de tudo.

Alguns memes chegaram a aparecer no painel iluminado de Times Square, em Nova York - não se sabe quem pagou pelos anúncios.

O ministro não reagiu publicamente aos memes, mas políticos ligados ao governo defenderam Haddad, dizendo que o ministro trabalha por justiça tributária (com maior taxação dos mais ricos e desoneração dos mais pobres) em medidas como aumento do salário mínimo, criação de um cashback para os mais pobres na **reforma tributária** e isenção de imposto de renda para quem ganha até dois salários mínimos.

A BBC News Brasil pediu uma resposta do ministro aos memes, mas não recebeu resposta do Ministério da Fazenda até a publicação desta reportagem.

Em sua conta no X, o Ministério da Fazenda publicou seu próprio meme sobre o tema.

Uma foto do filme Divertida Mente 2 aparece com um elogio à **reforma tributária** aprovada pelo Congresso no ano passado e capitaneada por Haddad: Um mix de emoções envolveu todos os brasileiros com a grande conquista da #ReformaTributária após 40 anos. O Brasil agora terá um sistema tributário simples e justo! .

Brincadeiras e memes à parte, os brasileiros estão mesmo pagando mais **impostos** por causa das políticas de Haddad e do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT)?

A BBC News Brasil conversou com especialistas para entender o que está acontecendo com a carga tributária brasileira e por que essa onda de memes e críticas ao ministro surgiu neste momento.

Dados mostram que a carga tributária brasileira teve uma ligeira queda no ano passado em comparação com 2022.

Ou seja, no primeiro ano da gestão de Haddad no ministério, os brasileiros pagaram menos **impostos** em relação ao total da economia, se comparado com 2022, último ano de Paulo Guedes como ministro da Fazenda.

Mas esses dados são de 2023 e ainda não é possível dizer qual será a carga tributária deste ano, segundo os especialistas.

No entanto, desde que Haddad chegou ao ministério, houve mudanças significativas na forma como o governo federal cobra alguns dos **impostos** federais - ajustes que ele defende como justos e importantes para a economia.

E esses ajustes se refletiram na arrecadação: de janeiro a maio, o governo federal arrecadou R\$ 1,089 trilhão - um aumento real (acima da **inflação**) de 8% em relação a maio do ano passado.

Parte disso aconteceu porque a economia está aquecendo e mais pessoas estão empregadas - ou seja, mais empresas e trabalhadores estão pagando mais **impostos**, apontam especialistas

Mas parte também se explica pelas medidas do ministério, como a tributação de fundos offshore .

Outro motivo que explicaria a popularidade dos memes contra o ministro é a insatisfação geral dos brasileiros com **impostos**.

Um especialista ouvido pela BBC News Brasil citou que um estudo que mostra que o Brasil está em último lugar em um ranking que compara qualidade de vida e uso dos **impostos** (leia mais abaixo).

O indicador mais citado para se saber se a população está pagando mais ou menos **impostos** é a carga tributária - a soma de tudo que o governo (em todas as suas esferas - municipal, estadual e federal) arrecadou em relação ao tamanho da economia (o Produto Interno Bruto). Ou seja, a carga tributária mostra qual é o peso dos **impostos** na economia brasileira.

No final do governo de Jair Bolsonaro (PL), a carga tributária estava em 33,1%. Em 2023, primeiro ano do governo Lula, caiu para 32,4%.

O que o governo tem dito em relação a essa polêmica toda e às brincadeiras com o ministro Haddad é que não houve aumento de carga tributária, diz a advogada tributarista Thais Veiga Shingai, professora do MBA em gestão tributária na Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), vinculada à Universidade de São Paulo (USP).

O que houve foi um aumento da arrecadação e que se justifica por diversos fatores e mudanças que aconteceram na **legislação tributária** federal e no próprio contexto macroeconômico.

O que o governo federal fez para alterar a arrecadação - e que vem provocando alguns atritos?

O governo tem tomado uma série de iniciativas para corrigir pontos da tributação federal que o Ministério da Fazenda considera que estavam errados e que mereciam ajustes, afirma Shingai.

A questão é que alguns desses pontos são controversos. O Ministério da Fazenda entende que havia distorção, e a iniciativa privada entende que não.

Especialistas citam seis mudanças tributárias promovidas pelo governo federal:

Todas essas seis mudanças tiveram como objetivo aumentar a arrecadação do governo federal.

A carga tributária caiu no primeiro ano do governo, mas a arrecadação de **impostos** está subindo.

Final: isso explica a onda de memes na internet chamando Haddad de Napoleão Bonataxa, Bixo Taxão e Mike Taxon?

Os especialistas ouvidos pela BBC News Brasil se dividem sobre isso.

Para Andre Roncaglia, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), os memes contra Haddad são parte de um protesto das elites brasileiras que estão descontentes com ajustes que o especialista considera importantes no sistema tributário.

Fica evidente que o meme Taxad é um protesto das oligarquias brasileiras contra a correção de distorções históricas na tributação da renda dos mais ricos, escreveu Roncaglia em um artigo de jornal.

A campanha caluniosa tenta contaminar a população com insatisfações sentidas por grupos específicos.

Para Roncaglia, a tentativa do governo não tem sido de aumentar **impostos**, mas sim de cobrar **tributos** de setores que deveriam estar pagando, mas se beneficiaram com desonerações.

O meu ponto é que o ministro não está aumentando **impostos**. Ele está restaurando a base de tributação, o que faz toda a diferença. Não está dizendo vamos agora subir a alíquota ou vamos criar um imposto novo, como foi com a CPMF no passado, diz o pesquisador.

Mesmo no caso da taxa das blusinhas, essa era uma isenção concedida. Havia um limite de isenção para até US\$ 50 em compras e, a partir daí, a tributação era de 60%. Ele não criou um imposto novo, ele só eliminou a isenção. E aí isso tem o efeito de ampliar a base tributável da renda ou das operações.

Já Carlos Pinto, do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBTP), acredita que, mesmo que os memes sejam reforçados por grupos políticos que possam ter interesses em atingir o ministro, eles crescem na internet de maneira orgânica, porque a população brasileira sente que o governo está se esforçando para aumentar arrecadação, sem melhorar os serviços prestados.

É importante entender que, apesar de haver uma estabilidade da carga tributária, o governo aumentou de maneira notória o volume de arrecadação por estar atraindo agora recursos de fontes que antes não eram tributadas. Então, naturalmente, com a população ciente disso, tem uma aceitação desses memes, diz Pinto à BBC News Brasil.

O especialista acredita que algumas decisões e declarações de Haddad - como no caso da taxa das blusinhas ou a promessa de tributar sites de apostas esportivas - têm grande repercussão entre a população, ajudando na proliferação dos memes.

O especialista do IBPT acredita que um dos motivos que fazem com que os memes sobre Haddad tenham se popularizado é a percepção entre brasileiros - independente de orientações políticas de cada um - de que os **impostos** pagos não estão se traduzindo em melhoras na vida da população.

O IBPT é formado por advogados, contadores, economistas e acadêmicos que discutem os problemas tributários do Brasil.

Um estudo da entidade divulgado em abril comparou a

carga tributária de 30 países com as maiores tributações no mundo com o nível de desenvolvimento do país, medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Os dados usados no estudo são de 2022.

O objetivo foi mostrar quanto os **impostos** pagos pela população se traduzem em qualidade de vida para a população.

O Brasil apareceu em último nessa relação, atrás de outros países sul-americanos como Uruguai (9º) e Argentina (22º). O ranking foi liderado por Irlanda, Suíça, Estados Unidos, Austrália e Coreia do Sul.

Quem mora no Brasil não viu melhoria da segurança pública, não viu melhoria do sistema público de saúde, não viu melhoria de estradas e rodovias, não houve atração de grandes indústrias que possam promover ainda mais o desenvolvimento econômico, diz Pinto.

Há sim um aumento exacerbado de gastos públicos que não estão sendo transferidos para a população. Então, acho que o meme só ganhou volume porque a população enxerga que existe o interesse do governo em cobrar mais **tributos**.

Outro ponto relevante, segundo Roncaglia, na discussão pública sobre **impostos** é que existe pouca transparência sobre os **tributos** pagos.

Isso gera uma dificuldade de diferenciar no dia a dia os efeitos da redução de **impostos** em relação à variação dos preços, diz o pesquisador.

Vamos imaginar que uma foi ao supermercado comprar um produto que foi desonerado, explica Roncaglia.

Se, depois de uma desoneração de **impostos**, o preço do produto subiu, por exemplo, por causa de outro motivo, como uma entressafra, essa pessoa não vai se sentir beneficiada. Ela não sabe que a vida dela seria ainda pior se o tributo ainda incidisse ali. Tudo que ela vê é o preço.

Além disso, muitos **tributos** são cumulativos, o que também prejudica a transparência - e muitos deles não são óbvios para os consumidores, diz Thais Veiga Shingai, da FIECAFI.

No Brasil, tem tributo sobre tributo, tem muito tributo. Um entra na base de cálculo do outro. Isso faz com que a tributação não fique transparente para o cidadão, diz Shingai.

É muito difícil a gente identificar qual é a carga tributária que a gente suporta no nosso dia a dia.

Os memes sobre o ministro da Fazenda tiveram repercussão no mundo político - sendo debatidos até mesmo no Congresso.

Os especialistas acreditam que a imagem pública do ministro de arrecadador voraz projetada pelos memes pode ter impacto em discussões importantes no futuro, como na **reforma tributária**.

O Congresso ainda tem pela frente a tarefa de aprovar a segunda parte da reforma - mas todos os especialistas com quem a BBC News Brasil conversou acreditam que esta segunda etapa está cada vez mais distante.

A **reforma tributária** é vista por políticos, empresários, investidores, acadêmicos e pela população em geral como fundamental para os rumos do desenvolvimento do Brasil.

O sistema tributário brasileiro é notório por ser complicado, oneroso, pouco transparente e muitas vezes injusto.

Cidadãos reclamam que pagam **impostos** demais e recebem poucas contrapartidas do Estado.

Algumas empresas reclamam que precisam empregar equipes enormes de advogados só para entender como devem pagar **tributos** no Brasil.

Além das leis tributárias, existe um mar de regras e exceções que abrem caminho para desonerações e tratamentos especiais.

Em alguns pontos, o sistema é regressivo - cobrando **impostos** demais dos mais pobres e de menos dos mais ricos.

Especialistas indicam que existe a necessidade de um sistema que seja mais justo e transparente, que garanta ao Estado a capacidade de pagar pelos serviços básicos para a população e que mantenha em equilíbrio as contas públicas do governo - sem aumento do endividamento público.

No ano passado, o governo conseguiu aprovar uma parte da reforma em que havia maior consenso da sociedade.

Diminuiu-se a quantidade de **impostos** (que foram agregados em poucas contribuições) e se criou mecanismos para recompensar os mais pobres, como desoneração da cesta básica e cashbacks.

Mas a parte mais controversa da reforma foi adiada: as mudanças no Imposto de Renda e uma discussão

sobre lucros de dividendos, que no Brasil são isentos de taxaço.

Os especialistas ouvidos pela BBC News Brasil temem que esta parte crucial da reforma possa ser adiada indefinidamente, porque Lula e Haddad já gastaram muito de seu capital político nos embates tributários feitos até agora.

Acho que a gente vai avançar na discussão, mas eu não sou otimista quanto a aprová-la, talvez na extensão que a gente precise, ainda no governo Lula. É possível que o debate de tributação da renda tome o restante do mandato do governo , diz Roncaglia.

Taxad , Taxador de Promessas , Zé do Taxão , o profeta Nostaxamus , o super-herói Taxa Humana , o navegador Pero Vaz de Taxinha .

A internet foi inundada nos últimos dias com memes sobre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad , com piadas que o acusam de elevar **impostos** .

Os memes fazem trocadilhos com filmes e personagens famosos, sempre retratando o ministro como um político com fúria arrecadatória , determinado a cobrar **impostos** de tudo.

Alguns memes chegaram a aparecer no painel iluminado de Times Square, em Nova York - não se sabe quem pagou pelos anúncios.

O ministro não reagiu publicamente aos memes, mas políticos ligados ao governo defenderam Haddad, dizendo que o ministro trabalha por justiça tributária (com maior taxaço dos mais ricos e desoneração dos mais pobres) em medidas como aumento do salário mínimo, criação de um cashback para os mais pobres na **reforma tributária** e isenção de imposto de renda para quem ganha até dois salários mínimos.

A BBC News Brasil pediu uma resposta do ministro aos memes, mas não recebeu resposta do Ministério da Fazenda até a publicação desta reportagem.

Em sua conta no X, o Ministério da Fazenda publicou seu próprio meme sobre o tema.

Uma foto do filme Divertida Mente 2 aparece com um elogio à **reforma tributária** aprovada pelo Congresso no ano passado e capitaneada por Haddad: Um mix de emoções envolveu todos os brasileiros com a grande conquista da #ReformaTributária após 40 anos. O Brasil agora terá um sistema tributário simples e justo! .

Brincadeiras e memes à parte, os brasileiros estão mesmo pagando mais **impostos** por causa das

políticas de Haddad e do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT)?

A BBC News Brasil conversou com especialistas para entender o que está acontecendo com a carga tributária brasileira e por que essa onda de memes e críticas ao ministro surgiu neste momento.

Dados mostram que a carga tributária brasileira teve uma ligeira queda no ano passado em comparação com 2022.

Ou seja, no primeiro ano da gestão de Haddad no ministério, os brasileiros pagaram menos **impostos** em relação ao total da economia, se comparado com 2022, último ano de Paulo Guedes como ministro da Fazenda.

Mas esses dados são de 2023 e ainda não é possível dizer qual será a carga tributária deste ano, segundo os especialistas.

No entanto, desde que Haddad chegou ao ministério, houve mudanças significativas na forma como o governo federal cobra alguns dos **impostos** federais - ajustes que ele defende como justos e importantes para a economia.

E esses ajustes se refletiram na arrecadação: de janeiro a maio, o governo federal arrecadou R\$ 1,089 trilhão - um aumento real (acima da **inflação**) de 8% em relação a maio do ano passado.

Parte disso aconteceu porque a economia está aquecendo e mais pessoas estão empregadas - ou seja, mais empresas e trabalhadores estão pagando mais **impostos**, apontam especialistas

Mas parte também se explica pelas medidas do ministério, como a tributação de fundos offshore .

Outro motivo que explicaria a popularidade dos memes contra o ministro é a insatisfação geral dos brasileiros com **impostos**.

Um especialista ouvido pela BBC News Brasil citou que um estudo que mostra que o Brasil está em último lugar em um ranking que compara qualidade de vida e uso dos **impostos** (leia mais abaixo).

O indicador mais citado para se saber se a população está pagando mais ou menos **impostos** é a carga tributária - a soma de tudo que o governo (em todas as suas esferas - municipal, estadual e federal) arrecadou em relação ao tamanho da economia (o Produto Interno Bruto). Ou seja, a carga tributária mostra qual é o peso dos **impostos** na economia brasileira.

No final do governo de Jair Bolsonaro (PL), a carga tributária estava em 33,1%. Em 2023, primeiro ano do governo Lula, caiu para 32,4%.

O que o governo tem dito em relação a essa polêmica toda e às brincadeiras com o ministro Haddad é que não houve aumento de carga tributária, diz a advogada tributarista Thais Veiga Shingai, professora do MBA em gestão tributária na Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), vinculada à Universidade de São Paulo (USP).

O que houve foi um aumento da arrecadação e que se justifica por diversos fatores e mudanças que aconteceram na **legislação tributária** federal e no próprio contexto macroeconômico.

O que o governo federal fez para alterar a arrecadação - e que vem provocando alguns atritos?

O governo tem tomado uma série de iniciativas para corrigir pontos da tributação federal que o Ministério da Fazenda considera que estavam errados e que mereciam ajustes, afirma Shingai.

A questão é que alguns desses pontos são controversos. O Ministério da Fazenda entende que havia distorção, e a iniciativa privada entende que não.

Especialistas citam seis mudanças tributárias promovidas pelo governo federal:

Todas essas seis mudanças tiveram como objetivo aumentar a arrecadação do governo federal.

A carga tributária caiu no primeiro ano do governo, mas a arrecadação de **impostos** está subindo.

Afinal: isso explica a onda de memes na internet chamando Haddad de Napoleão Bonatata, Bixo Taxão e Mike Taxon?

Os especialistas ouvidos pela BBC News Brasil se dividem sobre isso.

Para Andre Roncaglia, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), os memes contra Haddad são parte de um protesto das elites brasileiras que estão descontentes com ajustes que o especialista considera importantes no sistema tributário.

Fica evidente que o meme Taxad é um protesto das oligarquias brasileiras contra a correção de distorções históricas na tributação da renda dos mais ricos, escreveu Roncaglia em um artigo de jornal.

A campanha caluniosa tenta contaminar a população com insatisfações sentidas por grupos específicos.

Para Roncaglia, a tentativa do governo não tem sido de aumentar **impostos**, mas sim de cobrar **tributos** de setores que deveriam estar pagando, mas se beneficiaram com desonerações.

O meu ponto é que o ministro não está aumentando **impostos**. Ele está restaurando a base de tributação, o que faz toda a diferença. Não está dizendo vamos agora subir a alíquota ou vamos criar um imposto novo, como foi com a CPMF no passado, diz o pesquisador.

Mesmo no caso da taxa das blusinhas, essa era uma isenção concedida. Havia um limite de isenção para até US\$ 50 em compras e, a partir daí, a tributação era de 60%. Ele não criou um imposto novo, ele só eliminou a isenção. E aí isso tem o efeito de ampliar a base tributável da renda ou das operações.

Já Carlos Pinto, do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBTP), acredita que, mesmo que os memes sejam reforçados por grupos políticos que possam ter interesses em atingir o ministro, eles crescem na internet de maneira orgânica, porque a população brasileira sente que o governo está se esforçando para aumentar arrecadação, sem melhorar os serviços prestados.

É importante entender que, apesar de haver uma estabilidade da carga tributária, o governo aumentou de maneira notória o volume de arrecadação por estar atraindo agora recursos de fontes que antes não eram tributadas. Então, naturalmente, com a população ciente disso, tem uma aceitação desses memes, diz Pinto à BBC News Brasil.

O especialista acredita que algumas decisões e declarações de Haddad - como no caso da taxa das blusinhas ou a promessa de tributar sites de apostas esportivas - têm grande repercussão entre a população, ajudando na proliferação dos memes.

O especialista do IBPT acredita que um dos motivos que fazem com que os memes sobre Haddad tenham se popularizado é a percepção entre brasileiros - independente de orientações políticas de cada um - de que os **impostos** pagos não estão se traduzindo em melhoras na vida da população.

O IBPT é formado por advogados, contadores, economistas e acadêmicos que discutem os problemas tributários do Brasil.

Um estudo da entidade divulgado em abril comparou a carga tributária de 30 países com as maiores

tributações no mundo com o nível de desenvolvimento do país, medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Os dados usados no estudo são de 2022.

O objetivo foi mostrar quanto os **impostos** pagos pela população se traduzem em qualidade de vida para a população.

O Brasil apareceu em último nessa relação, atrás de outros países sul-americanos como Uruguai (9º) e Argentina (22º). O ranking foi liderado por Irlanda, Suíça, Estados Unidos, Austrália e Coreia do Sul.

Quem mora no Brasil não viu melhoria da segurança pública, não viu melhoria do sistema público de saúde, não viu melhoria de estradas e rodovias, não houve atração de grandes indústrias que possam promover ainda mais o desenvolvimento econômico, diz Pinto.

Há sim um aumento exacerbado de gastos públicos que não estão sendo transferidos para a população. Então, acho que o meme só ganhou volume porque a população enxerga que existe o interesse do governo em cobrar mais **tributos**.

Outro ponto relevante, segundo Roncaglia, na discussão pública sobre **impostos** é que existe pouca transparência sobre os **tributos** pagos.

Isso gera uma dificuldade de diferenciar no dia a dia os efeitos da redução de **impostos** em relação à variação dos preços, diz o pesquisador.

Vamos imaginar que uma foi ao supermercado comprar um produto que foi desonerado, explica Roncaglia.

Se, depois de uma desoneração de **impostos**, o preço do produto subiu, por exemplo, por causa de outro motivo, como uma entressafra, essa pessoa não vai se sentir beneficiada. Ela não sabe que a vida dela seria ainda pior se o tributo ainda incidisse ali. Tudo que ela vê é o preço.

Além disso, muitos **tributos** são cumulativos, o que também prejudica a transparência - e muitos deles não são óbvios para os consumidores, diz Thais Veiga Shingai, da FIECAFI.

No Brasil, tem tributo sobre tributo, tem muito tributo. Um entra na base de cálculo do outro. Isso faz com que a tributação não fique transparente para o cidadão, diz Shingai.

É muito difícil a gente identificar qual é a carga tributária que a gente suporta no nosso dia a dia.

Os memes sobre o ministro da Fazenda tiveram repercussão no mundo político - sendo debatidos até mesmo no Congresso.

Os especialistas acreditam que a imagem pública do ministro de arrecadador voraz projetada pelos memes pode ter impacto em discussões importantes no futuro, como na **reforma tributária**.

O Congresso ainda tem pela frente a tarefa de aprovar a segunda parte da reforma - mas todos os especialistas com quem a BBC News Brasil conversou acreditam que esta segunda etapa está cada vez mais distante.

A **reforma tributária** é vista por políticos, empresários, investidores, acadêmicos e pela população em geral como fundamental para os rumos do desenvolvimento do Brasil.

O sistema tributário brasileiro é notório por ser complicado, oneroso, pouco transparente e muitas vezes injusto.

Cidadãos reclamam que pagam **impostos** demais e recebem poucas contrapartidas do Estado.

Algumas empresas reclamam que precisam empregar equipes enormes de advogados só para entender como devem pagar **tributos** no Brasil.

Além das leis tributárias, existe um mar de regras e exceções que abrem caminho para desonerações e tratamentos especiais.

Em alguns pontos, o sistema é regressivo - cobrando **impostos** demais dos mais pobres e de menos dos mais ricos.

Especialistas indicam que existe a necessidade de um sistema que seja mais justo e transparente, que garanta ao Estado a capacidade de pagar pelos serviços básicos para a população e que mantenha em equilíbrio as contas públicas do governo - sem aumento do endividamento público.

No ano passado, o governo conseguiu aprovar uma parte da reforma em que havia maior consenso da sociedade.

Diminuiu-se a quantidade de **impostos** (que foram agregados em poucas contribuições) e se criou mecanismos para recompensar os mais pobres, como desoneração da cesta básica e cashbacks.

Mas a parte mais controversa da reforma foi adiada: as mudanças no Imposto de Renda e uma discussão sobre lucros de dividendos, que no Brasil são isentos

de taxaço.

Os especialistas ouvidos pela BBC News Brasil temem que esta parte crucial da reforma possa ser adiada indefinitivamente, porque Lula e Haddad já gastaram muito de seu capital político nos embates tributários feitos até agora.

Acho que a gente vai avançar na discussão, mas eu não sou otimista quanto a aprová-la, talvez na extensão que a gente precise, ainda no governo Lula. É possível que o debate de tributação da renda tome o restante do mandato do governo , diz Roncaglia.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/mundo/2024/07/6904245-taxad-afinal-os-brasileiros-estao-pagando-mais-ou-menos-impostos.html>

"Custo regulatório" leva 4,1% da receita industrial, diz CNI

Rafael Bitencourt De Brasília

O setor industrial teve 4,1% da sua receita líquida consumida em 2023 pelo custo regulatório imposto por órgãos das diferentes esferas de governo. Essa despesa, em parte considerada injustificada pelos empresários, consumiu R\$ 243,7 bilhões do setor, segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), entre os dias 1 e 11 de março deste ano, com 1.888 empresas do segmento.

As perdas da indústria no cumprimento de regras envolve a adequação a procedimentos que mudam sem previsão, a demora na obtenção de licenças, autorizações e certificações obrigatórias, necessidade de contratar serviços especializados para cumprimento de obrigações regulatórias e a adequação periódica da linha de produção a novas exigências.

A gerente de estratégia e competitividade da CNI, Maria Carolina Marques, considera que a indústria não é contra a regulação, avalia inclusive que é necessária para "fazer a economia funcionar".

Ela, porém, ressalta que é preciso verificar se o benefício esperado com as normas que são criadas está sendo alcançado.

"Posso alcançar esse objetivo de várias maneiras, por vários caminhos.

Alguns vão gerar um custo maior, outros caminhos vão gerar um custo menor", afirmou Marques, em entrevista ao Valor.

A Sondagem Especial sobre o custo regulatório para indústria, feita em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), mostrou que quanto menor o porte da empresa maior é o peso da imposição de normas. Pequenas empresas têm 5% da sua receita líquida consumidos pelo custo regulatório, seguida das companhias de médio porte (4,5%) e de grande porte (3,9%).

Entre os ramos de negócio mais afetados pelo custo regulatório estão os setores farmacêutico e de biocombustíveis, com 6,8% da receita líquida comprometida, seguida da extração de minerais não-metálicos (6,3%) e borracha (6%).

No levantamento, 52% dos empresários apontaram o esforço para cumprimento das normas trabalhistas como a principal despesa do custo regulatório.

Isso não está relacionado aos encargos trabalhistas em si, mas ao dispêndio de tempo e recurso dos diferentes setores para cumprir a série de exigências.

Também apontado como vilão do custo regulatório está a despesa envolvida na "rotina fiscal".

Neste caso, a indústria considera o tempo desperdiçado e esforço para pagamentos de **tributos** como problema que gera gasto regulatório, presente em 49% das respostas dos empresários. O embaraço com questões ambientais aparece como queixa por parte de 37% do setor industrial.

Diante das dificuldades no âmbito da regulação, a gerente da CNI alerta que as consequências de normas que não baseadas em boas práticas de regulação atingem a capacidade das empresas de inovar e se tornarem competitivas no mercado internacional.

Entre os avanços que devem ser buscados, avalia a economista, está a simplificação de atos, o fim da sobreposição de normas federais com a de entes subnacionais, avaliação prévia do impacto regulatório e boa comunicação sobre a necessidade de mudanças de procedimentos.

A secretária de competitividade e política regulatória do Mdic, Andrea Macera, explica que o governo federal tem adotado medidas para combater o custo regulatório.

Segundo ela, boa parte está reunida no Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (Pro-REG).

Macera informou que o Mdic e a Casa Civil estão buscando aprimorar o portal do governo, com o uso de ferramentas de inteligência artificial, para facilitar a busca das chamadas normas "infralegais".

A técnica do governo afirmou que as leis e decretos já são facilmente encontrados, mas um conjunto de portarias e atos normativos impõe dificuldade para a rotina das empresas que querem se enquadrar na

legislação.

Outra iniciativa envolve o trabalho articulado com a Advocacia- Geral da União (AGU) na resolução de conflitos na administração, quando órgãos diferentes querem regular o mesmo tema.

É preciso ver se o benefício esperado com as normas está sendo alcançado Maria Carolina Marques

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187935?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187935?page=1§ion=1)**

País bate R\$ 2 trilhões desde o início do ano

Os brasileiros já contribuíram com R\$ 2 trilhões em **tributos** aos governos federal, estadual e municipal desde o início deste ano, de acordo com o Impostômetro, painel instalado na sede da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), no centro histórico da capital paulista. A marca de R\$ 2 trilhões foi atingida na manhã deste domingo, 21. Entram na contabilidade **impostos**, taxas e contribuições, incluindo multas, juros e correção monetária.

Segundo a ACSP, em igual período do ano passado, o Impostômetro havia alcançado o nível de R\$ 1,7 trilhão, o que indica um crescimento de 17,6% nesta métrica. Para o economista da ACSP Ulisses Ruiz de Gamboa, esse avanço foi registrado 40 dias mais cedo neste ano, sob influência do aumento da atividade econômica, renda e emprego, além do impacto da **inflação** e da reintegração do PIS/ Cofins nos combustíveis.

De acordo com dados da ACSP, o Impostômetro atingiu, pela primeira vez, a marca de R\$ 2 trilhões em **impostos** somente em 9 de dezembro de 2015.

Em julho daquele ano, a ferramenta registrava R\$ 1,1 trilhão em **tributos** pagos pelos brasileiros.

Qual a melhor política fiscal de 2025 em diante? - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

A pergunta-chave inicial é: dado o novo mecanismo criado por Haddad ("arcabouço fiscal"), como se deriva o crescimento do gasto a ser autorizado no Orçamento da União para 2025?

Para isso, a lei indica três condicionantes básicas a serem obedecidas sequencialmente pelo governo. Para começar, indica-se o crescimento da receita primária previsto pelas autoridades para 2025, e, em seguida, o crescimento da despesa autorizada em relação a 2024, que, agora por exigência legal ("arcabouço"), não poderá ser superior a 70% do aumento relativo à receita primária projetada. Partindo de que o crescimento da receita seja estimado em 5%, conforme a economia tem andado..., cabe projetar o crescimento nominal da despesa em 3,5% para 2025, tendo por trás um crescimento real da receita de 1% no mesmo ano, para uma **inflação** anual estimada em 4%. Fosse só essa a condicionante a obedecer, haveria apenas que distribuir, a partir desse ponto, os valores projetados por órgão, e fechar a proposta para 2025. Só que há algo bem mais complicado, por lei uma segunda condicionante que precisa ser verificada, a de que, em nenhuma hipótese, a variação real dos gastos primários (isto é, exclusive o serviço da dívida) possa ser inferior a 0,6%, nem superior a 2,5%. Ou seja, com base nos números antes indicados, calcula-se que a variação real dos gastos fique em menos 0,5% (3,5 menos 4%), algo abaixo do limite inferior de 0,6% que acaba de ser indicado. Nesses termos, pela segunda condicionante, deve-se optar por fixar o crescimento nominal da despesa em 4,6% (e não 3,5%), em 2025, o que implicará fixar o crescimento real de 0,6% para essa variável, dando preferência a cumprir, assim, a segunda exigência do Arcabouço há pouco referida, e não a primeira. Em síntese, o crescimento nominal do gasto representará 92% do da receita, um tanto acima dos 70% da primeira condicionante indicada pero no mucho, como diriam nossos vizinhos de língua espanhola, permitindo satisfazer a exigência de o crescimento real não ultrapassar 2,5%, e sem haver motivo suficiente para pânico nos mercados financeiros, por perda de credibilidade ocorrendo dentro de nossas fronteiras... Para encerrar, há ainda uma terceira e última condicionante a ser verificada, a de número 3, que se refere ao superávit primário. Conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, ele terá de ser

centrado em 0,5% do **PIB** em 2025 com bandas de 0,25 pontos de %, o que se afigura perfeitamente factível, pois se prevê que a receita cresça 5%, e a despesa, 4,6 nesse ano, em consonância com as duas primeiras condicionantes. Quanto à evolução da razão dívida/**PIB**, que tanto se olha, cabe lembrar finalmente que sua evolução depende crucialmente do diferencial entre a taxa de juros Selic real e a do crescimento real da economia (onde, pelo exercício numérico acima, tem-se uma Selic nominal de 10,5% e real de 6,5%, para uma **inflação** de 4%, com a economia sendo projetada para crescer em termos reais apenas 1%). Dessa forma, então, o nosso problema não é só olhar a regrinha do Arcabouço, já que ela não é suficiente para garantir que haverá estabilidade na razão dívida/**PIB**. É preciso ir mais longe: equacionar os gigantescos déficits previdenciários, isto é, caminhar para zerá-los o mais rapidamente possível, abrindo espaço para maiores investimentos em infraestrutura e para o **PIB** crescer mais.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6207/22-07-2024.html?all=1>

Evento no BNDES discute financiamento global

A arquitetura de financiamento global, o endividamento de países pobres a redução de desigualdades conduziram os pronunciamentos de líderes no evento "Estados do Futuro" na segunda-feira (22), convenção paralela ao G20 realizada nesta semana no Rio. Pela manhã, o evento transcorreu na sede do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, à tarde, na Ação da Cidadania, zona portuária do Rio.

Na abertura, a ex-presidente Dilma Rousseff, à frente do NDB - o banco de desenvolvimento do Brics - afirmou que o peso da dívida pública é um obstáculo para os países mais pobres investirem: "Não só é crescente o volume da dívida externa, o que reduz o espaço fiscal dos países, como vem se tornando ainda mais difícil, ou impossível para alguns países, conseguir financiamento acessível devido às restrições ou à falta de liquidez no mercado internacional." Segundo ela, as condições globais de financiamento são proibitivas devido às taxas de juros, que são mais caras para os países endividados e baixas para os desenvolvidos.

Soma-se a esse cenário o dólar como "moeda hegemônica" no sistema monetário internacional.

"Há uma dicotomia, que é o dólar ser uma moeda nacional e cumprir um papel de reserva internacional ao mesmo tempo. Essas contradições aumentaram o descasamento da redução de riscos praticado pelos Estados Unidos e pela Europa, produzindo um protecionismo nunca antes visto." Ao lado de Dilma, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, defendeu um Estado forte e criticou o protecionismo comercial das grandes potências. "Para construir um novo futuro, o Estado não pode ser mínimo. O consenso de Washington e de Chicago trouxe sequelas muito severas para a América Latina e para o Brasil." O presidente do BNDES disse ainda que o Brasil tem um papel-chave para a segurança alimentar do planeta e reforçou que a calamidade climática tem se tornado uma prioridade do banco de desenvolvimento.

Mercadante também antecipou que a diretora socioambiental do BNDES, Tereza Campello, vai detalhar hoje (23) um programa do banco chamado "Arco de Restauração da Floresta", que usa espécies de flora resilientes para a preservação da Amazônia. A iniciativa está alinhada aos compromissos e ações do Brasil para a COP30, em Belém (PA), no próximo ano.

Na parte da tarde, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, fez coro à ideia de que a **inflação** alta nos países ricos e o impacto dessa realidade nas taxas de juros e no investimento em economias em desenvolvimento estão entre os desafios mais urgentes.

O ministro destacou que o Brasil quer aperfeiçoar a coordenação das fontes de financiamento internacional para enfrentar as desigualdades no G20. Ele afirmou ainda que o mundo enfrenta diversas crises "que se agravam mutuamente" e que a solução exige maior cooperação internacional.

"Para o Brasil, é preciso trazer de volta ao centro da agenda internacional a temática do desenvolvimento nas suas dimensões social, econômica e ambiental", disse. Vieira enfatizou o protagonismo dado à sociedade civil não só na liderança brasileira do G20, mas também em outros fóruns, com os Diálogos Amazônicos e a Cúpula Social do Mercosul.

"Dívida pública é obstáculo para os países mais pobres" Dilma Rousseff

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187935?page=1§ion=1>

Dólar recua com fiscal e exterior mais calmo

Gabriel Roca, Victor Rezende, Maria Fernanda Salinet e Gabriel Caldeira De São Paulo

Os ativos brasileiros tiveram um dia de ligeiro alívio no pregão de ontem, impulsionados por um ajuste de posições após o estresse recente observado nos últimos dias. As declarações do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de que o governo fará bloqueios no Orçamento "sempre que precisar" e a divulgação do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, que confirmou o congelamento de R\$ 15 bilhões em gastos para cumprir a meta de 2024, abriram espaço para um recuo do dólar, que voltou a ser negociado na faixa dos R\$ 5,56.

Além disso, o ambiente global de menor volatilidade, minimizados os efeitos do apagão cibernético da última sexta-feira e com a desistência do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, de concorrer à reeleição, também contribuiu para o desempenho positivo do mercado doméstico.

Após avançar mais de 3% na semana passada e encerrar a sexta-feira na marca dos R\$ 5,60, o dólar à vista recuou 0,61% ontem, a R\$ 5,5695. Já o euro comercial terminou o dia em baixa de 0,54%, a R\$ 6,0638.

O desempenho do real tem sido observado de perto pelos participantes do mercado de juros, à medida que uma depreciação cambial poderia pressionar a **inflação** de curto prazo e, em um cenário alternativo, obrigar o Banco Central (BC) a voltar a subir a Selic no país. Assim, os movimentos dos mercados de câmbio e juros estiveram bastante interligados ontem.

Neste contexto, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 caiu de 11,70% para 11,645%, enquanto a do DI para janeiro de 2029 foi de 12,015% para 11,935%.

Após o presidente Lula ter afirmado a agências internacionais que fará bloqueios no Orçamento "sempre que precisar" e que a responsabilidade fiscal "está nas suas entranhas", o Ministério do Planejamento divulgou, durante a tarde, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do terceiro bimestre, que confirmou o montante de R\$ 15 bilhões entre bloqueio e contingenciamento de recursos. A previsão de déficit para o fim do ano foi revisada de R\$ 14,5 bilhões para R\$ 28,8 bilhões.

De acordo com o sócio e gestor da Novus Capital, Luiz

Eduardo Portella, o anúncio dos R\$ 15 bilhões - já adiantado pela Fazenda na semana passada - surpreendeu positivamente, dada uma expectativa de um congelamento mais próximo dos R\$ 10 bilhões.

Ainda assim, há algumas incertezas que só devem ser dissipadas nos próximos dias, quando ficar mais claro onde, exatamente, os cortes irão acontecer.

"Mas, olhando para os preços dos ativos no Brasil, achamos que o anúncio foi suficiente para estancar a piora nos preços dos ativos.

Para vermos uma melhora, o câmbio se estabilizar em um nível mais baixo, seria necessário mostrar uma execução destes cortes de R\$ 15 bi e também mais detalhes sobre o pente-fino", afirma o profissional da Novus.

Além disso, de acordo com o gestor, um alívio maior nos preços locais também demandaria uma melhora no ambiente internacional.

"É verdade que o Brasil piorou, mas houve uma piora grande para os ativos da América Latina como um todo. Seja pelas incertezas ligadas à China, seja pelas eleições americanas, já que as políticas do Trump acabam batendo bastante no México. Isso acabou trazendo junto uma piora de Brasil", avalia Portella.

A Novus carregava posições aplicadas em juros no exterior, mas, dado o estresse e o nível de preços, parte delas foi trocada por apostas nas quedas de juros no mercado doméstico. "Acreditamos que o mercado aqui pode dar uma acalmada com o IPCA- 15 e acho que dificilmente o Banco Central vai indicar uma alta de juros aqui na próxima reunião", afirma Portella.

Para o sócio e gestor macro da Truxt Investimentos, Guilherme Foureaux, o quadro macroeconômico tem se mostrado positivo para o Brasil, mas o cenário para os ativos é completamente diferente. "Principalmente na renda variável. A bolsa, tirando commodities, está com preços muito baixos quando comparada aos piores momentos de 2015, por exemplo. E a aposta na bolsa tem sido o nosso principal cenário, apesar de o lado macroeconômico conter riscos importantes no lado político, fiscal e externo", avalia.

A Truxt entende que a bolsa brasileira está barata e que existe uma assimetria para cima nos preços, mas tem preferência por combinar essas apostas com uma

posição comprada [aposta na alta] no dólar e na **inflação**, para diminuir riscos fiscais, políticos e institucionais de curto prazo.

Ontem, o Ibovespa, principal índice acionário do mercado brasileiro, encerrou o dia em ligeira alta de 0,19%, negociado a 127.860 pontos.

Foureaux avalia que a bolsa tem sido o mercado que mais tem sofrido ao comparar os preços atuais do Ibovespa com a renda fixa. Ele nota que, enquanto a bolsa é negociada nos mesmos níveis que em 2015, no auge do estresse dos ativos durante o governo Dilma Rousseff, os juros estão bem mais comportados do que estariam. "Se nós caminhássemos para um cenário de diferencial de juros dos mesmos níveis de 2015, as NTN-Bs estariam com taxas de mais ou menos 9%. Então, é como se, neste momento, a bolsa precisasse de tudo de ruim, enquanto os outros mercados ainda não", diz.

Pensando na renda fixa, Foureaux aponta que o diferencial de juros para os Estados Unidos está em um dos menores níveis da história. "Não existe muita gordura no juro e a curva precifica cerca de 1,5 ponto de elevação na Selic entre este ano e 2025, com um câmbio que ainda está pressionado. Esse quebra-cabeça dificulta uma alocação mais otimista com Brasil", aponta.

Já o economista da RPS Capital, Enzo Simões, diz que o avanço nas despesas de R\$ 6,4 bilhões nos Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e R\$ 4,9 bilhões nos benefícios previdenciários, apontadas no relatório divulgado ontem, "são um indicativo positivo de que o Ministério da Fazenda está olhando os pontos certos que estão mais incomodando dentro do Orçamento".

Ele afirma que ainda há pontos para melhorar, mas os números mostraram "algum avanço", principalmente no esforço que o governo está fazendo tanto para cumprir a meta fiscal deste ano quanto o comprometimento com o arcabouço. No entanto, o economista pondera que "teria mais R\$ 10 bilhões para fazer de contingenciamento ou bloqueio para levar as expectativas de resultado primário para o centro da meta da Fazenda".

0,61% foi o recuo ontem do dólar, que encerrou a R\$ 5,5695

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187935>

Governo eleva previsão de déficit primário ao limite da meta fiscal

Com despesas crescentes e dificuldades para compensar a desoneração da folha de pagamento, o governo federal aumentou para R\$ 28,8 bilhões a projeção de déficit primário em 2024. O novo valor consta do Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, divulgado ontem pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. Entre os gastos maiores estão a revisão das estimativas com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) - pago a idosos carentes - e benefícios da Previdência. Ambos passam a custar R\$ 11 bilhões a mais em 2024.

O montante de R\$ 28,8 bilhões equivale ao limite inferior da margem de tolerância de déficit primário estabelecida pelo novo arcabouço fiscal. Aprovada no ano passado, a regra estabelece meta de resultado primário zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma das riquezas produzidas) para cima ou para baixo. Na prática, o governo poderá obter déficit primário de 0,25% do **PIB** até superávit de 0,25% do **PIB** neste ano.

Originalmente, o relatório estimava déficit primário de R\$ 32,6 bilhões, mas, para fazer o valor ficar dentro da banda, o governo contingenciou (congelou temporariamente) R\$ 3,8 bilhões do orçamento. A quantia está dentro da suspensão de gastos de R\$ 15 bilhões anunciada na semana passada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O restante do valor suspenso corresponde ao bloqueio de R\$ 11,2 bilhões para não estourar o limite de gastos definido pelo arcabouço fiscal, que estabelece que os gastos podem crescer, em valores acima da **inflação**, até 70% do crescimento acima da **inflação** da receita no ano anterior.

A distribuição dos cortes pelos ministérios só será divulgada no próximo dia 30, quando for publicado um decreto presidencial com os limites de gastos por pasta. Pela legislação, o detalhamento do congelamento deverá ser publicado até oito dias após o envio do relatório ao Congresso.

Compensação e "empçoamento" O déficit primário representa o resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública. O relatório anterior, divulgado em maio, previa déficit de R\$ 14,5 bilhões. Em março, estava previsto em RS 9,3 bilhões. Na semana

passada, Haddad disse que o déficit primário pode cair no próximo relatório, caso a União arrecade mais.

O governo conta com dois fatores para diminuir o déficit. O primeiro é a aprovação pelo Senado de medidas que compensem a prorrogação da desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia e para os pequenos municípios ou a suspensão da liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que mantém o benefício fiscal. O segundo fator é o "empçoamento", gastos que o governo não consegue executar por estarem vinculados a uma finalidade ou a uma fonte de receita. _

Crédito extraordinário ao Estado soma R\$ 29 bilhões

Em relação aos gastos, o relatório bimestral do governo federal prevê aumento de R\$ 20,7 bilhões, puxados principalmente pelas ajudas ao Rio Grande do Sul. As despesas obrigatórias foram revisadas para cima em RS 29 bilhões, dos quais RS 14,2 bilhões destinam-se a medidas para a reconstrução do Estado.

Como o relatório anterior, publicado em maio, já incorporava R\$ 13,8 bilhões, o total de créditos extraordinários concedidos até agora para a reconstrução do RS chega a RS 29 bilhões.

Por serem consideradas créditos extraordinários, as despesas com o Rio Grande do Sul não estão sujeitas à meta de resultado primário nem aos limites de gastos do arcabouço fiscal. _

Lista de quem obteve o Auxílio Reconstrução é divulgada

O governo federal disponibilizou a lista nominal de pessoas que receberam o Auxílio Reconstrução, de RS 5,1 mil. Ela está disponível no Portal da Transparência, mantido pela Controladoria-Geral da União. Na tabela, é possível consultar valores pagos em maio, junho e julho (até o último dia 12). A tabela traz o nome completo do beneficiário, parte do CPF e a cidade da pessoa.

No portal, ainda é possível denunciar casos de recebimento indevido. Até o momento, o Auxílio Reconstrução realizou um total de pagamentos de R\$ 1,3 bilhão para mais de 257 mil beneficiários.

O Auxílio Reconstrução é voltado para famílias que tiveram de sair de suas casas e buscar abrigos ou ir para casa de amigos e parentes em razão da enchente no Rio Grande do Sul e perderam parte ou todos seus bens. Beneficiários do Bolsa Família que estiverem nessa situação também poderão receber o auxílio. _

Lula diz que fará bloqueios "sempre que precisar"

Antes da divulgação do relatório bimestral, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, em entrevista coletiva a integrantes de agências internacionais, no Palácio da Alvorada, que fará bloqueios no orçamento "sempre que precisar". E ressaltou que traz a responsabilidade fiscal "nas entranhas".

- Sempre que precisar bloquear, nós vamos bloquear - destacou Lula.

A tarde, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, reiterou a mensagem dada por Lula para garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida pelo arcabouço fiscal. De acordo com Ceron, há alinhamento de todas as áreas do Poder Executivo com esse compromisso.

O secretário disse ainda que os limites de despesas serão rigorosamente observados, mesmo que haja pressões sobre despesas obrigatórias. Ele afirmou ainda que os números divulgados corroboram um cenário distinto ao ambiente de incerteza e de aversão ao risco que impera nas análises de agentes financeiros.

- São muitas vezes legítimas considerações e preocupações e é nosso papel mostrar e sinalizar que o caminho continua sendo o mesmo - apontou Ceron, ao reforçar compromisso com marco fiscal de médio e longo prazo. _

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240723&edicao=30247>

Relatório projeta déficit primário de R\$ 28,8 bi

Com despesas crescentes e dificuldades para compensar a desoneração da folha de pagamento, o governo elevou para R\$ 28,8 bilhões a projeção de déficit primário em 2024. O novo valor consta do Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, divulgado ontem pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.

O montante equivale ao limite inferior da margem de tolerância de déficit primário estabelecida pelo novo arcabouço fiscal, de R\$ 28,8 bilhões. Aprovada no ano passado, a regra estabelece meta de resultado primário zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma das riquezas produzidas) para cima ou para baixo.

Na prática, o governo poderá obter déficit primário de 0,25% do **PIB** até superávit de 0,25% do **PIB** neste ano.

Originalmente, o relatório estimava déficit primário de R\$ 32,6 bilhões, mas, para fazer o valor ficar dentro da banda, o governo contingenciou (temporariamente) R\$ 3,8 bilhões do Orçamento. A quantia está dentro do congelamento de gastos de R\$ 15 bilhões anunciado na semana passada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Inflação

O restante do valor suspenso corresponde ao bloqueio de R\$ 11,2 bilhões para não estourar o limite de gastos estabelecido pelo arcabouço fiscal, que estabelece que os gastos podem crescer, em valores acima da **inflação**, até 70% do crescimento acima da **inflação** da receita no ano anterior.

O déficit primário representa o resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_2BC8E94CF81B5A656EE3A3EB67E8E921E8BF9388BAE03FF85834912DB6CFCA4A2F77068AD5D76E02B8962EFFB1715980E3F4CADAC42B63A02342A31F5FCDF3770F2115BC05A3115286C21D58E8828C897A97CD0B6F6B652272EE9D0DC6C5F57DF884F65283D105183728058CF7DC3F412075C9EB719D6D60B196

Previsão do IPCA de 2024 sobe para 4,05%

Brasília - A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a **inflação** oficial do País, aumentou de 4% para 4,05% neste ano. A estimativa está no Boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a projeção da **inflação** permaneceu em 3,9%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,6% e 3,5%, respectivamente.

A estimativa para 2024 está acima da meta de **inflação**, mas ainda dentro de tolerância, que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

A partir de 2025, entrará em vigor o sistema de meta contínua, assim, o CMN não precisa mais definir uma meta de **inflação** a cada ano. Em junho deste ano, o colegiado fixou o centro da meta contínua em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Em junho, influenciada principalmente pelo grupo de alimentação e bebidas, a **inflação** do país foi 0,21%, após ter registrado 0,46% em maio. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 12 meses, o IPCA acumula 4,23%.

Para alcançar a meta de **inflação**, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 10,5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A alta recente do dólar e o aumento das incertezas econômicas fizeram o BC interromper o corte de juros iniciado há quase um ano. Na última reunião, em junho, por unanimidade, o colegiado manteve a Selic nesse patamar após sete reduções seguidas.

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas. Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano, por sete vezes seguidas. Com o controle dos preços, o BC passou a realizar os cortes na Selic.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série

histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia da Covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 no patamar que está hoje, em 10,5% ao ano. Para o fim de 2025, a estimativa é de que a taxa básica caia para 9,5% ao ano. Para 2026 e 2027, a previsão é que ela seja reduzida, novamente, para 9% ao ano, para os dois anos.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a **inflação** e estimulando a atividade econômica.

PIB - A projeção das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira neste ano subiu de 2,11% para 2,15%. Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (**PIB**) é de crescimento de 1,93%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro estima expansão do **PIB** em 2%, para os dois anos.

Superando as projeções, em 2023 a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R\$ 10,9 trilhões, de acordo com o IBGE. Em 2022, a taxa de crescimento foi 3%.

A previsão do dólar está em R\$ 5,30 para o fim deste ano. No fim de 2025, a estimativa é que a moeda fique em R\$ 5,23. (ABr)

Reajustes salariais superaram a inflação

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) informou que 87,8% das negociações de reajustes salariais referentes à data-base em junho ficaram acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE). Já em 8,8% dos casos, não houve perdas inflacionárias, enquanto 3,3% ficaram abaixo do INPC.

De acordo com a Dieese, a data-base de junho é a sétima seguida em que mais de 80% das categorias apresentaram ganhos salariais acima da **inflação**. "Esse quadro de relativa estabilidade em níveis elevados contrasta com o observado no segundo semestre de 2023, de piora crescente nos resultados das negociações entre agosto e novembro", avalia.

A entidade aponta que a variação média dos reajustes de junho foi de 1,67%. O valor é superior ao registrado nos demais meses do ano, com exceção de maio e janeiro, em que as variações foram de 1,74% e 1,71%, respectivamente.

O boletim da entidade destaca que, com a inclusão dos reajustes salariais de junho, é possível ter uma prévia do cenário do primeiro semestre deste ano. Durante o período, foi verificado que em cerca de 86% das 6.728 negociações o aumento do reajuste salarial foi acima do INPC, ao passo que 11% se equiparam à **inflação** e 3% ficaram abaixo do indicador de preços. No momento, a variação real média no primeiro semestre de 2024 é de 1,59%.

Na indústria e no setor de serviços - os quais apresentaram 2.055 e 3.449 reajustes, respectivamente -, os ganhos reais salariais ocorreram 87% dos casos. No comércio, foram 827 negociações de ajustes nas remunerações, sendo que 76,5% superaram a **inflação**.

Nos reajustes sem perdas inflacionárias, o comércio aparece em primeiro, com 21,4%, seguido da indústria (9,6%) e dos serviços (9,2%).

Em relação ao percentual de salários ajustados abaixo do INPC, 3,3% ocorreu na indústria, 3,2%, nos serviços, e o menor valor observado foi observado no comércio (2,1%).

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Lula mantém suspense sobre indicações para o BC

Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que ainda não tem decisão sobre os nomes a serem indicados para o Banco Central (BC) e irá discuti-los com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, inclusive o do próximo presidente, que terá de substituir Roberto Campos Neto.

"A hora que ele (Haddad) falar comigo nós vamos indicar (presidente do BC). Eu espero que a gente encontre uma pessoa que seja, do ponto de vista técnico, muito competente, seja, do ponto de vista político, muito honesto e muito sério, e que seja uma pessoa que efetivamente ganhe autonomia pela sua respeitabilidade, pelo seu comportamento", afirmou em entrevista a agências de notícias internacionais, incluindo a Reuters. "Na hora que for para eu indicar eu vou combinar com Haddad", adiantou.

A equipe econômica, e o próprio Campos Neto, tem apontado que preferem ter logo a indicação do novo presidente do órgão, que ainda terá que passar por uma sabatina no Senado antes de ser aprovado. Em ano eleitoral, esse processo só deve se feito depois de outubro.

O nome apontado como mais cotado para a presidência do Banco é o do atual diretor de Política Monetária da autarquia, Gabriel Galípolo, ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda e muito próximo a Haddad.

Até o fim deste ano, além do novo presidente, Lula terá que indicar mais dois diretores, o que dará ao atual governo a maioria no Conselho de Política Monetária (Copom). A mudança não garante que o governo terá poder de alterar os rumos da política monetária, já que o BC é independente, mas pode ter um colegiado mais alinhado com o pensamento do atual governo.

Desde o início do mandato de Lula, apesar da tentativa de uma trégua patrocinada por Haddad, a relação entre o presidente e Campos Neto é ruim. Lula não esconde o desagrado com o presidente do BC e durante a entrevista nesta segunda-feira voltou a criticá-lo duramente.

"Alguém precisa dizer para ele que a **inflação** só acontece quando o aumento de salário é superior à produtividade da sociedade", disse Lula. "Como pode

um rapaz, que se diz autônomo, presidente do Banco Central, estar incomodado com o fato do povo mais humilde estar ganhando aumento de salário? Talvez na cabeça dele o bom para **inflação** seja criança morrendo de desnutrição, seja **criança** morrendo de fome", alfinetou.

No mês passado, Campos Neto citou preocupação com a possibilidade de o mercado de trabalho apertado afetar a **inflação** de serviços, apesar de ressaltar que isso não era observado ainda.

Autonomia Lula voltou a dizer ser contra a autonomia do Banco Central, mas lembrou que em seus primeiros mandatos (2003-2010), o então presidente do BC Henrique Meirelles teve toda autonomia para trabalhar. Segundo Lula, Campos Neto teria tido, nos quatro anos de mandato de Jair Bolsonaro, 31 reuniões com o presidente. "Meirelles não teve isso nos oito anos do meu mandato. Presidente do BC não precisa se reunir com o presidente da República", afirmou.

O presidente Lula reforçou que o governo mantém a seriedade fiscal para que se possa reduzir a taxa de juros, que considera o maior impeditivo para o crescimento do País. Ele afirmou que sua responsabilidade com o risco de **inflação** é maior porque "conhece seus efeitos na pele". (Reuters)